



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 053

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE MAIO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 053

52ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios	04
Requerimentos	04
Projetos de Lei	07
Pequeno Expediente:	
Dep. Enio Verri	09
Dep. Wilson Quinteiro	10
Dep. Antonio Belinati	11
Dep. Rafael Greca	13
Dep. Péricles de Mello	14
Grande Expediente:	
Dep. Durval Amaral	16
Horário das Lideranças:	
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	12

Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	16
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício	22

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	24
Discussão/Votação	
2ª Discussão (Votação em)	24
Redação Final	25
2ª Discussão	25
1ª Discussão	25
Requerimentos	26

Encerramento da Sessão:26

Publicações:

Comissão Executiva	
Atos	27
Diretoria Geral	
Portarias	27

Publicações Administrativas:

Balancetes	
Março	27
Abril	30

DIÁRIO Nº 053

52ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **16ª LEGISLATURA** **ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA** **REALIZADA EM** **24 DE MAIO DE 2010**

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Jonas Guimarães e Dr. Batista.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Péricles de Mello, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Eduardo Cheida, Neivo Beraldin, Pedro Ivo e Plauto Miró (05).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Dobrandino da Silva (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 046/10

Curitiba, em 12/05/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11863, de 23/10/97, que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso, bem como a criação da Semana e da Conferência Estadual do Idoso. Visa, ainda, criar atividade orçamentária denominada Gerenciamento da Política Estadual do Idoso e adotar outras providências.

O plano de lei em referência é altamente significativo e consulta aos interesses públicos, eis que, aprimorando dispositivos da Lei nº 11863/97, ensejará melhores condições no sentido de efetiva execução de tal política, mediante ação concentrada de toda estrutura administrativa do Estado.

A criação da Semana Estadual do Idoso, em período consagrado às solenidades do Dia Nacional e do Dia Internacional do Idoso, harmoniza-se com eventos historicamente realizados em Agendas Mundiais, inclusive, algumas, ligadas à Organização das Nações Unidas.

Por outro lado, merece destaque o fato de que a criação da atividade orçamentária Gerenciamento da Política Estadual do Idoso permitirá o suprimento de recursos para a execução de tão importantes ações públicas.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação,

reitero a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º O inciso II do artigo 6º, da Lei nº 11863, de 23/10/97, passa a vigor com a seguinte redação:

“II - 12 (doze) representantes de Secretarias de Estado e ou de entidades da Administração Indireta do Estado, que desenvolvam políticas afins, sendo obrigatória a presença de um representante do órgão ao qual o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso esteja vinculado.”

Art. 2º O parágrafo 9º do artigo 6º, da Lei nº 11863, de 23/10/97, passa a vigor com a seguinte redação:

“§ 9º O Conselho Estadual dos Direitos do Idoso reunir-se-á ordinariamente a cada mês e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou a requerimento da maioria absoluta de seus membros.”

Art. 3º Fica instituída a Semana Estadual do Idoso, a realizar-se entre os dias 27 de setembro a 03 de outubro de cada ano, período consagrado às solenidades de comemoração do Dia Nacional do Idoso, em 27 de setembro, e o Dia Internacional do Idoso, em 1º de outubro.

Parágrafo Único. Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado que integram o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso - CEDI, deverão participar, de maneira efetiva, das solenidades agendadas.

Art. 4º Fica instituída a Conferências Estadual dos Direitos do Idoso, evento de caráter avaliativo, propositivo e deliberativo, composto por delegados e representantes de instituições e de organizações de atendimento à pessoa idosa, das associações civis comunitárias, sindicatos e organizações profissionais, bem como dos poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado, a realizar-se a cada dois anos, mediante disciplinamento em Regimento Interno próprio.

§ 1º A Conferência Estadual dos Direitos do Idoso será convocada pelo Conselho Estadual dos Direitos do Idoso ou a requerimento mínimo de um terço dos seus membros.

§ 2º A Convocação da Conferência Estadual dos Direitos do Idoso deverá ser divulgada através dos meios de comunicação e, também, mediante informação direta às instituições que a ela se vinculem, ou que com ela mantenham interesse recíproco.

Art. 5º Os delegados da Conferência Estadual dos Direitos do Idoso serão eleitos em assembleia, em atendimento às normas estabelecidas pelo próprio Regimento

Interno, no período de 60 (sessenta) dias a anteceder a data de realização do evento.

Parágrafo Único. As despesas decorrentes da realização da Conferências Estadual dos Direitos do Idoso serão suportadas pelo órgão ao qual se vincula o CEDI.

Art. 6º O Regimento Interno da Conferências Estadual dos Direitos do Idoso, a ser aprovado pelo CEDI, estabelecerá a forma de participação e de escolha dos delegados dos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado e das organizações não governamentais que dela participarem.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais para a implementação desta lei.

§ 1º Fica o CEDI autorizado a receber recursos de dotações ou de convênios.

§ 2º A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em conjunto com o Conselho Estadual do Idoso, executarão as ações aprovadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 8º Fica criada a Atividade Orçamentária sob a denominação de Gerenciamento da Política Estadual do Idoso, tendo como fontes de recursos:

I - as dotações consignadas do Tesouro Geral do Estado, recursos ordinários não vinculados;

II - as transferências da União, Estados e Municípios, por seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, decorrentes de convênios ou de instrumentos de cooperação técnica e financeira;

III - as transferências do exterior de instituições públicas e privadas, através de acordos, convênios ou contratos de pessoas jurídicas ou físicas; e

IV - as doações de instituições privadas, religiosas e de pessoas físicas, através de acordos, contratos ou convênios de cooperação técnica e financeira.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, em conjunto com o Conselho Estadual do Idoso, gerenciarão a aplicação dos recursos de modo a cumprir o programa de trabalho estabelecido na Lei Orçamentária Anual, inclusive dos créditos orçamentários abertos do decorrer do exercício.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados os incisos III e XIII do artigo 6º da Lei nº 11863, de 23/10/97.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 044/2010 do Sr. Orlando Pessuti - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 726/07, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, por considerá-la incons-

titucional e contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

OFÍCIO Nº 139/10

Curitiba, em 24/05/10.

Senhor Presidente:

Com o presente vimos comunicar a essa Comissão Executiva, que por recomendação médica, este Deputado deverá afastar-se de suas funções nesta Casa de Leis, por 15 dias, no período compreendido entre 24/05/10 e 07/06/10, conforme observado no atestado anexo.

Na oportunidade renovamos a V. Exa. as nossas homenagens de consideração e respeito.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1676

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja realizada uma Audiência Pública no plenarinho desta Casa de Leis, no dia 17 de junho do corrente, no horário das 14h às 18h, para debates sobre a Lei Estadual nº 14586/04, que proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a Igrejas e Templos de qualquer culto (água, luz, telefone e gás).

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Artagão Júnior, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Chico Noroeste e Wilson Quinteiro.

REQUERIMENTO Nº 1672

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, justificar ausência na Sessão Ordinária a ser realizada no dia 25/05/10, em virtude de agenda em Brasília/DF onde participará da entrega do prêmio da Ordem do Mérito Industrial, oferecido pela CNI - Confederação Nacional da Indústria ao empresário Mário Valério Gazin.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 1668

Senhor Presidente:

O Deputado Rafael Greca de Macedo que este subscreve, pede, após ouvido o Plenário, a inserção nos anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná de voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Anísio Tormena, digno presidente da ALCOPAR, que enluta a sociedade paranaense.

Requer, outrossim, seja dada ciência a família enlutada, na pessoa da esposa, Sra. Hilda Tormena.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Anísio Tormena, liderança destacada da região de Paraíso do Norte, coordenou o Fórum Nacional de Lideranças do Setor Sucroalcooleiro. Comandou a ALCO-PAR, desde 1990. Dirigiu a Usina Coopcana de Paraíso do Norte. Também esteve à frente dos Sindicatos da Indústria do Açúcar do Paraná, de Fabricação de Álcool do Paraná e de Produção do Biodiesel. Experiente, dominava todos os temas ligados ao setor sucroalcooleiro. Hável, soube liderar e expandir o mercado alcooleiro.

Nossa Assembleia sempre teve a sua cooperação em Seminários de Bio Energia. E este Deputado, pessoalmente, contou com seu apoio e da entidade que dirigia, quando criou entre 1993 e 1996 a primeira frota de ônibus verdes - movidos a biocombustível no nosso País e no mundo. Por causa do ônibus da Linha de Turismo de Curitiba, movido a combustível ecológico, a capital do Paraná recebeu inúmeras distinções, entre elas o Prêmio Mundial do Habitat da ONU de 1996, e ainda a visita do Senador norte-americano Timothy Wirth, ligado ao estratégico Departamento de Estado daquela nação do Norte, que veio conferir nossos progressos na área de energias limpas.

O bio combustível pode gerar uma prospera cadeia produtiva no Paraná. Pois, como todos sabem, segundo maior produtor de cana do País, o Paraná tem 30 usinas. As quais devem colher 53 milhões de toneladas de cana-de-açúcar na safra 2009/10. Na safra anterior o Estado registrou a colheita de 44,6 milhões de toneladas, para uma produção de 3,4 milhões de toneladas de açúcar e 2,3 bilhões de litros de álcool.

O Presidente da Associação dos Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR), Anísio Tormena, tinha sido reeleito para um novo mandato, no período de 2009/12, foi colhido por infausto acidente, quando a caminho do aeroporto de Maringá por via rodoviária. Deixa aos seus herdeiros e companheiros de ALCOPAR um exemplo notável de honradez e competência.

Gentil, Anísio Tormena semeou amigos por onde passou. Possam os anjos velar-lhe o sono com cânticos de glória.

REQUERIMENTO Nº 1659

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações aos funcionários da Radio Ipiranga do Município de Palmeira, através de seu Diretor Sr. Euclides Alves de Paula Filho, pelas comemorações de seu 62º aniversário no dia 21 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1662

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações à Igreja Metodista Wesleyana na pessoa do Pastor Paulo Sérgio Marques Rodrigues, pelo Dia do Pastor comemorado no dia 24 de maio.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1663

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Tommy Svensson pelo recebimento do Título de Empresário do Ano concedido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1664

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações à NHS Sistemas Eletrônicos pelo recebimento do Título de Empresa Destaque do Ano concedido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1665

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Jefferson Nogaroli pelo recebimento do Título de Empresário do Ano concedido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1666

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações à Fundação IOCHPE pelo recebimento do Título de Empresa Destaque do Ano em Responsabilidade Socioambiental concedido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1667

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures pelo recebimento do Título de Liderança Empresarial para Sustentabilidade concedido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1669

Senhor Presidente:

O Deputado Rafael Greca de Macedo, que o presente subscreve, pede respeitosamente à egrégia Assembleia Legislativa do Estado do Paraná que insira na ata da presente Sessão, voto de congratulações e apreço ao empresário e ex-Secretário de Estado Francisco Simeão Rodrigues Neto, por ter recebido da Câmara Municipal da Capital do Estado, o título honroso - e muito apropriado - de Cidadão Honorário de Curitiba.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento ao empresário homenageado.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Francisco Simeão Rodrigues Neto é um homem de sucesso empresarial e de ideias inovadoras. À frente do seu tempo nem sempre é compreendido.

Sua empresa B. S. Colway, instalada junto aos mananciais de água de Curitiba - em Piraquara - foi destacado exemplo de empregabilidade e asseio. Suas lojas de pneus são exemplo de urbanidade e de correção na implantação. Destaque-se aí a loja das Mercês, na avenida Manoel Ribas, que preserva uma casa histórica de Curitiba - unidade de preservação - edificada em alvenaria de tijolos conforme o uso da imigração alemã. Acerta o Vereador Tito Zeglin em distinguir o notável empresário.

REQUERIMENTO Nº 1670

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro de votos de congratulações e felicitações ao Exmo. Sr. José Carlos Schiavinato, Prefeito do Município de Toledo, pela premiação de melhor Prefeito do Estado do Paraná e 75º melhor Prefeito do Brasil, cuja distinção e condecoração ocorreu no dia 18 de maio de 2010, em Brasília, com a presença de mais de 4.000 Prefeitos de todo o País.

Trata-se de uma homenagem concedida ao Prefeito de Toledo pela Confederação Nacional dos Municípios, cujo prêmio Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão (IRFS), é avaliado por 16 índices, entre eles, saúde, educação e contas públicas, com base em informações técnicas encaminhadas à Secretaria de Tesouro

Nacional, Banco de Dados do Sistema Único de Saúde (DATASUS), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) e a publicação de Finanças do Brasil (FINBRA). Disse o Prefeito: *“A gente fica mais na Prefeitura que em casa, mas é porque acreditamos neste trabalho e queremos nos doar por inteiro”*. Uma merecida e justa homenagem ao Prefeito, pela sua conduta sempre exemplar desde funcionário do Município a mais de 30 anos, e agora pela administração como chefe do executivo, reeleito, tem reconhecido o seu trabalho, exercido dentro da mais absoluta retidão, honestidade, dedicação, sabedoria e conhecimento.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná apresenta as congratulações e felicita o Prefeito e povo de Toledo, por mais esta premiação, dentre outras que José Carlos Schiavinato já recebeu e ainda receberá pela excelência na Gestão Pública, frente ao Executivo de tão importante e pujante Município de Oeste do Paraná.

Requer seja oficiado o homenageado José Carlos Schiavinato, o teor da manifestação da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1673

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, envio de votos de congratulações ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná pela comemoração dos 20 anos do Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência - SIATE.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) ROSANE FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 1674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de congratulações ao empresário Mário Valério Gazin, Diretor e Sócio-Gerente do Grupo Grazin, de Douradina-PR, pela homenagem de Ordem do Mérito industrial que receberá em Brasília-DF, nesta terça-feira (25/05/10).

Trata-se de condecoração que é concedida todos os anos pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a empresários de destaque nacional, sendo que Gazin foi indicado pela FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná), para receber o importante prêmio devido à sua dedicação para o desenvolvimento industrial paranaense, além da atuação que exerce na área social.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 1675

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente documento REQUER após ouvido o douto plenário, seja inserido nos

Anais desta Casa votos de congratulações para o Sr. Gilmar José Benkendorf da Silva, Prefeito Municipal de Munhoz de Mello, agraciado com o prêmio da VI Edição do Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor.

A solenidade de entrega da premiação destacou nove Prefeitos de todo País - seis destaques temáticos e vencedores de cada região do Brasil, sendo que o Prefeito de Munhoz de Mello foi o ganhador da Região Sul.

Munhoz de Mello tem hoje aproximadamente 100 micro e pequenas empresas e está colocado na posição 318º no ranking do IDMPE - índice que serve para medir o ambiente dos Municípios para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas.

A premiação é realizada com o apoio da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Associação Brasileira dos Municípios (ABM), União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), Frente Parlamentar Mista das Micro e Pequenas Empresas no Congresso Nacional, Movimento Brasil Competitivo e Frente Empresarial pela lei geral da micro e pequena empresa.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 233/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Política de Prevenção e Combate à obesidade e ao Sobrepeso no Estado do Paraná com a implantação de ações voltadas para a redução de peso e o combate à obesidade adulta e infantil.

Art. 2º Constituem diretrizes da Política Estadual de Combate a Obesidade e ao Sobrepeso:

I - A promoção de campanhas educativas que ofereçam informações básicas sobre alimentação adequada, por meio de materiais informativos e institucionais;

II - O desenvolvimento de programas, projetos e ações, intersetoriais, que efetivem o direito humano à alimentação adequada;

III - A promoção de campanhas de estímulo ao aleitamento materno como forma de prevenir tanto a obesidade quanto a desnutrição;

IV - O combate à obesidade infantil na rede escolar;

V - A promoção de campanhas educativas direcionadas às populações das comunidades com baixo índice de Desenvolvimento Humano - IDH;

VI - A integração às políticas estadual e nacional de segurança alimentar e nutricionais e de saúde;

VII - A capacitação de servidores públicos como multiplicadores da segurança alimentar e nutricional;

VIII - A doação de medidas voltadas ao disciplinamento da publicidade de produtos alimentícios infantis.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A obesidade é uma das patologias nutricionais que mais tem apresentado aumento em seus números. Por ser uma doença multifatorial requer cuidados não somente de uma especialidade, mas de uma equipe multiprofissional que atue de maneira precisa e eficaz nas diversas causas desta patologia.

A obesidade é uma epidemia, sendo já considerada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como a doença do século XXI, uma vez que, frequentemente, é acompanhada de vários fatores de risco e patologias como hipertensão arterial, diabetes e doenças cardiovasculares.

De acordo com pesquisa divulgada pelo Ministério da Saúde em abril de 2009, 43,3% dos brasileiros adultos estão com excesso de peso, destes, 13% são obesos. Dentre os jovens, são 6 milhões de obesos.

Os períodos críticos de surgimento da obesidade são os 12 primeiros meses de vida, a fase pré-escolar e puberdade. Nessas fases da vida, especialmente, na fase escolar e na puberdade, as crianças são facilmente submetidas ao apelo publicitário para que consumam doces e outros alimentos de alto valor energético, mas que fornecem poucos nutrientes como vitaminas e minerais. Nesse sentido, é preciso encarar a obesidade como um problema grave de saúde pública que exige um trabalho estratégico elaborado por instituições públicas, escolas, profissionais de saúde e sociedade em geral.

Para o tratamento de obeso infantil, existem algumas ações que são primordiais, especialmente, uma dieta balanceada, exercícios físicos e apoio emocional individual e familiar. Além disso, a educação nutricional é essencial, pois visa a modificação e melhoria dos hábitos alimentares em longo prazo, e torna-se um elemento de conscientização e reformulação das distorções do comportamento alimentar, auxiliando a refletir sobre a saúde e qualidade de vida.

Hábitos alimentares saudáveis e uma vida menos sedentária certamente são prioridades para fazer com que nossa população tenha menores índices de obesidade.

Várias ações isoladas já vem sendo realizadas, mas precisamos de uma política pública de que englobe, coor-

dene e direcione todas as iniciativas, respeitando, é claro, as características regionais.

Entendendo que este é um papel importante a ser desenvolvido pelo Estado e pensando na melhoria da qualidade de vida da população paranaense é que esta Deputada solicita o apoio de todos os Parlamentares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 234/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os Municípios paranaenses com população superior a 50 mil habitantes reservarão, na abertura de novas vias urbanas ou no alargamento das existentes, conforme previsto em Plano Diretor, espaço para demarcação e implantação de ciclofaixas ao longo dessas referidas vias.

§ 1º Para os efeitos desta lei entende-se por ciclofaixa a parte da pista de rolamento destinada à circulação exclusiva de ciclos, delimitada por sinalização específica, definição empregada pelo anexo I da Lei Federal nº 9503 de 1997, popularmente conhecida como Código de Trânsito Nacional.

§ 2º A implantação de ciclofaixas obedecerá a um planejado sistema cicloviário que compreenderá a ciclofaixa propriamente dita, faixas compartilhadas, estacionamento para bicicletas e sinalização, e funcionará de acordo com regras predeterminadas de circulação e conduta estabelecidas pelo Município em conformidade com o disposto no Código de Trânsito Nacional e divulgadas mediante campanhas educativas.

§ 3º Terão prioridade de implantação as ciclofaixas que possam servir como rotas de ligação entre bairros populares e pólos de atividades ou de lazer e como trajeto para o acesso a terminais de transporte de massa.

Art. 2º O descumprimento desta lei acarretará a suspensão de qualquer investimento do Estado do Paraná em obras viárias no Município infrator, até que o projeto da via a ser aberta ou alargada seja reformulado em estrita observância ao artigo 1º deste diploma, bem como acompanhado de cronograma de aplicação dos recursos alocados e de execução da obra, para fins de assegurar o investimento estadual.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/05/10.
(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Primeiramente, cabe ressaltar que o artigo 24, I da Constituição Federal da República define como competência concorrente da União e dos Estados legislar sobre direito urbanístico.

O objetivo deste projeto de lei é tornar a implantação de ciclofaixas uma realização obrigatória no contexto da modernização e expansão do sistema viário dos Municípios paranaenses com população acima de 50 mil habitantes. Tal medida reveste-se de um importante cunho socioambiental, porquanto, se implementada, melhoraria a circulação viária nas aglomerações urbanas, traria segurança aos ciclistas e pedestres e contribuiria com a redução dos gases responsáveis pelo aquecimento global, porquanto serviria como um incentivo a utilização do transporte cicloviário.

Ademais, observa-se que o uso de transporte de duas rodas, notadamente motocicletas e bicicletas, tem aumentado consideravelmente nas grandes Cidades paranaenses, seja por compensar as deficiências do sistema de transporte coletivo, seja por atender às necessidades específicas dos trabalhadores oriundos das classes populares. O grande problema enfrentado por esses meios de transporte é gerado pelos conflitos de circulação com os veículos automotores de quatro rodas: a falta de segurança, que registra inúmeros acidentes nos quais os condutores de motos e bicicletas são, em geral, as piores vítimas.

Para os motociclistas, que competem ostensivamente com os demais veículos automotores, o Código de Trânsito Brasileiro estabeleceu os equipamentos obrigatórios de segurança, as normas especiais de circulação e conduta e suas infrações, com as respectivas penalidades. Para os ciclistas apenas ficaram estabelecidos os equipamentos obrigatórios e umas poucas normas de circulação e conduta.

Diante da atual violenta realidade do trânsito nas Cidades mais populares, há que se criar maiores condições para a circulação dos trabalhadores ciclistas. Assim, a implantação de ciclofaixas nessas Cidades impõem-se, não só como uma simples oferta de faixa exclusiva de circulação para bicicletas, mas como parte de um sistema de transporte cicloviário, com sinalização específica, pavimentação própria e até estacionamentos.

Finalmente, apesar de se estar diante de matéria de competência concorrente dos Estados e União, a medida proposta não prescinde de um enfoque sobre o desenvolvimento urbano. Então, em respeito ao princípio da autonomia obrigatória somente nos casos de abertura de novas vias ou de alargamento das existentes, respeitado o disposto no Plano Diretor de cada Município paranaense.

PROJETO DE LEI Nº 235/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os sítios eletrônicos “websites” cujos domínios sejam de propriedade do Estado do Paraná reservarão espaço destinado exclusivamente a veiculação de fotos, nomes e outras informações relativas a crianças e adolescentes desaparecidos.

Parágrafo Único. Os padrões de formatação, layouts, tamanhos de fotos e informações que serão veiculadas seguirão aqueles usualmente utilizados pelo SICRIDE - Serviço de Investigações de Crianças Desaparecidas em seu sítio eletrônico de divulgação das crianças e adolescentes desaparecidos - www.sicride.pr.gov.br.

Art. 2º Os espaços virtuais referidos no artigo 1º serão oferecidos à população em caráter gratuito, mediante requisição por escrito dirigida ao Serviço de Investigações de Crianças Desaparecidas da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná.

Art. 3º As fotos e demais informações relativas a crianças e adolescentes listadas no rol de desaparecidos do SICRIDE antes da publicação serão automaticamente veiculadas nos sítios eletrônicos oficiais do Estado do Paraná, nos termos desta lei.

Art. 4º O Poder Público poderá regulamentar esta lei para sua fiel execução, bem como firmar parceria com a iniciativa privada para o seu cumprimento.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

JUSTIFICATIVA:

Analisando as estatísticas produzidas pelos órgãos de Segurança Pública, nota-se que o desaparecimento de pessoas é um problema que atinge indivíduos de ambos os sexos e das mais variadas idades. Traduzir, numericamente, a dimensão do problema do desaparecimento de pessoas no Brasil é tarefa difícil em razão da precariedade dos sistemas de informatização e ausência de comunicação entre as Polícias Cíveis, Militares e Federal dos Estados da Federação.

Estima-se que no Brasil cerca de 40 mil crianças e adolescentes desapareçam por ano, sendo que 74% correspondem a vítimas com idade entre 12 e 18 anos, 15% a desaparecidos na faixa etária de sete a 11 anos e 11% a crianças entre zero e seis anos. Ainda que a grande maioria desses casos seja solucionada nas primeiras 48 horas, existe um percentual significativo, entre 10% e 15% de crianças e adolescentes que permanecem desaparecidos por longos períodos de tempo.

O objetivo deste projeto de lei é colaborar com o esforço nacional de divulgação de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos em nosso Estado por meio dos sítios eletrônicos oficiais.

PROJETO DE LEI Nº 236/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Comu-

nidade Terapêutica Mannain, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24/05/10.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Terapêutica Mannain, é uma entidade beneficente, sem fins lucrativos, que tem por finalidade precípua: a recuperação e reintegração à sociedade de pessoas com dependência química, químicos cruzados, toxicômanos e alcoólatras, sem qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

A Comunidade Terapêutica Mannain, desenvolve suas atividades com uma equipe técnica formada por profissionais das áreas afins, como por exemplo: Terapeuta Ocupacional, Psicólogo, Técnico em Reabilitação em dependência química, Assistente Social, Teólogo e Cuidadora Social, sendo que todos os profissionais desempenham suas funções em consonância com os objetivos da entidade.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a Comunidade Terapêutica Mannain do Município de Curitiba.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Enio Verri.

Deputado Enio Verri (PT)

O SR. ENIO VERRI

Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas aqui presentes.

Neste final de semana, na sexta-feira, tivemos uma reunião da Executiva Estadual do Partido dos Trabalhadores e no sábado uma reunião do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores, onde contamos com todas as nossas lideranças, inclusive com a presença do Secretário Geral Nacional do PT, o Deputado Federal José Eduardo Cardoso, de São Paulo.

Dois temas foram pautas do nosso diretório: o primeiro foi sobre a questão eleitoral de 2010, em especial no Paraná. E segundo sobre a crise que passamos hoje na Assembleia. Sobre as eleições, o que ficou bem encaminhado é que o PT continua apostando ainda nas alianças da base do Governo Lula. Acreditamos que a continuidade das políticas macroeconômicas e sociais do Presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, deve ser continuada com a eleição da Dilma Rousseff, como Presidente, em um amplo acordo com todos os partidos que até agora compuseram essa aliança.

Para isso, aqui no Paraná vamos continuar insistindo nessa aliança para que o PMDB, PDT, PT, PR, PRB, PTB, PP e PC do B, todos juntos possam construir, se possível, um único palanque, nesse projeto de continuar fazendo o Paraná e o Brasil avançarem no rumo certo. Se não for possível, se necessário for, que saiam então duas candidaturas desse campo democrático popular. O importante é que tenhamos condições de construir um acordo, minimamente civilizado, um debate político, para que possamos estar no segundo turno juntos, para fazer um enfrentamento claro àquilo que pode representar um retrocesso para a economia e a sociedade paranaense, que seria o retorno aos tempos de Lerner, aqui no Paraná, e aos tempos Fernando Henrique Cardoso, no Brasil.

Sobre a Assembleia redigimos a seguinte nota: “O Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores do Paraná, em reunião realizada no dia 22 de maio, aprovou, por consenso, a pauta referente à Assembleia Legislativa do Paraná. Entre as definições tomadas estipulou-se o prazo de 30 dias para que a Assembleia Legislativa do Paraná submeta à votação: 1) a Proposta de Emenda Constitucional - PEC, apresentada pela Bancada do PT e apoiada pela maioria dos Deputados, que prevê o fim da reeleição para toda a Mesa Diretora, garantindo a proporcionalidade partidária e votação individualizada por função da Mesa; 2) aprovação de um novo Regimento Interno, já em discussão, que tenha a previsão de mandato de dois anos, para os Diretores sabatinados e aprovados em Plenário. O PT aguarda que as proposições, já colocadas em votação, sejam implementadas até o dia 26 de junho, data do encontro estadual, quando a crise da Assembleia entrará novamente em discussão. Curitiba, 22 de maio de 2010. Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores do Paraná.”

Portanto, Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, é essa a nossa expectativa. Que usemos essa crise em que vivemos para intensificar as mudanças que já estão ocorrendo, para que possamos fazer desta Assembleia um modelo de transparência e de participação popular, em que a população do Paraná tenha orgulho de seus Deputados, na medida que não tenham condições e nem queiram esconder nenhum tipo de informação ou deixar claro para a população o que está acontecendo, de fato, não só em cada gabinete, mas em todo o conjunto da Assembleia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para esclarecer o Deputado Enio Verri, que nós hoje pela manhã já conversamos a esse respeito e esta presidência não vê dificuldade alguma quanto a este primeiro quesito, que se apresse a questão da PEC. Do Regimento Interno já vejo com certa cautela, exatamente por ser um ano eleitoral nós encontraríamos alguma dificuldade de quórum para resolver em reuniões. Até porque

existem cinco ou seis Regimentos Internos prontos na Casa. Mas, poderemos juntos tentarmos resolver isso.

Por outro lado, Deputado Enio, quero aproveitar esta oportunidade, já que V. Exa. comunicou, nós já teríamos a partir de hoje, condições de colocarmos, Deputado Tadeu Veneri, a relação dos nossos funcionários on-line com a colocação onde eles estão, e que gabinete se encontram. Já teríamos condições a partir de hoje, mas como nós marcamos a data de 31 de maio, vamos usar exatamente esta data que cai numa segunda-feira. Recebi nessa última sexta-feira das mãos do Deputado Durval Amaral e de toda sua equipe todos os dados desse levantamento cauteloso e criterioso, que foi feito desde o recadastramento até o reenquadramento.

Quero aqui cumprimentar o Deputado Durval Amaral e toda sua equipe e agradecer aos Deputados que nos ajudaram a formatar este modelo novo que realmente faz parte de um projeto que se iniciou a um bom tempo. Como prometemos vamos publicar não só on-line, como também na imprensa oficial do Estado. Já temos pronto, mas como marcamos a data emblemática de 31 de maio, o faremos nesse dia, com todas as condições já resolvidas. E se possível já termos os detalhes e aí vamos precisar também do apoio do Deputado Enio Verri como ex-Secretário de Planejamento, nós juntamente com a Secretaria de Administração e com a aquiescência do Governador Pessuti, mais a nossa assessoria da Casa, o Deputado Welter junto com a COPELEGIS, poderemos aí sim ultimar o nosso estudo definitivo do organograma final da nossa Assembleia.

Quero crer que estamos rigorosamente dentro daquilo que planejamos e graças ao trabalho de diversas pessoas porque sozinhos não conseguiríamos chegar onde estamos chegando. Mas, se Deus quiser nós daremos quase que um derradeiro passo no dia 31 de maio onde já estaremos em condições totais de tornar público todo o reenquadramento de todo nosso quadro funcional que já está pronto desde hoje.

Podem contar, Deputado Enio, com o nosso apoio neste pleito que é dos mais justos.

Com a palavra o Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos paranaenses que nos acompanham pela TV SINAL, pela Rede Mercosul, hoje quando me levantei a esta tribuna, ouvindo as palavras do Presidente, a reivindicação também do Deputado relacionado a este processo que estamos avançando de transparência na Assembleia Legislativa.

É verdade que todos os Deputados como foi manifestado pelo Deputado Enio Verri, e os demais cidadãos que estão nos acompanhando, buscam e querem a transparência da Assembleia Legislativa.

O fato é, e registre-se isto no Paraná, que a Assembleia avança, avança nesse sentido com o objetivo de demonstrar que nesse processo de transparência, nós teremos em breve, já temos disponível informações suficientes para que todo o cidadão do Paraná conheça as pessoas que aqui trabalham, o que fazem, as atividades de seus Parlamentares, dos servidores desta Casa.

Portanto, realmente o princípio da publicidade, o princípio administrativo, Deputado Jonas, nós encontramos hoje nesta Casa. Muitas coisas que aconteceram cooperaram e estão cooperando para o bem.

Portanto, faço este registro com sentimento não só de Deputado, mas de um cidadão que também quer o bem e quer a transformação deste Estado.

Mas, hoje quero tratar de dois assuntos também muito relevantes que já temos a notícia no Estado do Paraná que o Governador do Estado, Orlando Pessuti, envia a esta Casa uma mensagem para regulamentar a Defensoria Pública.

Nós sabemos que muitos cidadãos do Paraná têm dificuldade para defender seus direitos. Alguém poderia estar dizendo - mas novamente este assunto na tribuna? Novamente a ser tratado este assunto de advogados do Estado? É que o assunto é absolutamente relevante, é absolutamente importante e desde 1988, 1989 nós aguardamos isso no Estado do Paraná e agora temos um gesto do Governo do Estado no sentido de que efetivamente nós teremos os quadros dos advogados do Estado para a comunidade mais carente, para as pessoas que não têm acesso ou não tem tido como ter acesso ao Poder Judiciário do Paraná. Mas quando eu falo com aplausos e já reivindiquei desta tribuna a Defensoria Pública, eu também me lembro da necessidade da questão da habitação no Estado do Paraná, da COHAPAR.

Mas o que teria um assunto a ver com outro? O fato que muitas pessoas continuam perdendo suas casas, da COHAPAR, casas financiadas, enquanto no dia 14 de dezembro de 2009, logo no início aqui estive, quando entrei, eu apresentei uma indicação ao Governo do Estado denominando como uma indicação do projeto Mutirão da Conciliação. Hoje estamos vendo no Tribunal de Justiça este modelo e este modelo pode ser implementado e deve ser implementado na questão da habitação do Paraná.

Nós não temos advogados no Estado porque ainda não está regulamentado e será a Defensoria Pública. Mas ao mesmo tempo temos pessoas perdendo suas casas.

Estou novamente fazendo um apelo ao Governo do Estado, tratarei deste assunto pessoalmente com o Governador para que façamos uma suspensão imediata de todos os procedimentos de execução judicial e até mesmo de procedimentos extrajudiciais, porque é sabido que é aplicado o chamado Decreto Lei nº 070 de 1966, que não há necessidade de entrar na justiça para tirar a casa do cidadão. E isto significa dizer que estaremos protegendo a milhares de famílias do Paraná, que poderão estar passando por dificuldade com as suas casas pela COHAPAR.

Sabemos que a companhia é importantíssima e tem demonstrado políticas públicas e de Governo na Habitação deste Estado, mas precisamos dar esse ajuste, retificando e colocando em prática essa grande oportunidade do Mutirão da Conciliação. Maringá passa por essa dificuldade, não é diferente em Municípios menores, a exemplo da própria Capital. Enquanto, às vezes, estamos aqui no Parlamento tratando de outros assuntos, pessoas e famílias estão pensando como farão após perder as suas casas, porque tiveram dificuldade de pagar suas prestações, pelo desemprego e outras causas.

Então, o que se propõe aqui e agora, com a criação da Defensoria Pública, é mais do que isso, é andar na frente, é criar os quadros dos advogados do Estado, mas antes esse Programa Mutirão da Conciliação, para que todos os cidadãos do Paraná, que têm as suas casas financiadas pela COHAPAR, possam permanecer com suas famílias em segurança, com a certeza do amanhã. Todas as pessoas precisam e querem casa, claro que entendemos a construção de mais casas, mas sobretudo assegurar àqueles que estão perdendo as suas próprias casas.

Obrigado, Sr. Presidente, e para finalizar quero registrar a importância da transparência, do que está sendo feito nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos assistem pela TV ou acompanham os trabalhos pela internet.

Recebo o convite do Rogério Rodrigues da Silva, presidente da APRACAN, convidando para o 6º Seminário do Congresso Capacitando os Vereadores do Brasil. Esse congresso vai ser no dia 16 de junho, às 14h, à rua Mariano Torres, aqui em Curitiba.

O nobre colega Deputado Neivo Beraldin, meu amigo, apresentou um projeto nesta Casa e, se aprovado e transformado em lei, ficará proibida a venda, a comercialização, aqui no Paraná, de fogos de artifício das classes C e D. Eu não entendo o que é esse negócio de foguete tipo C ou D, estou meio analfabeto aqui, talvez o Duílio Genari, que tem mais experiência, possa definir isso melhor.

E esse ofício é da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, pedindo para estudarmos melhor esse negócio. Evidentemente que uma festa sem foguete, agora vem Copa do Mundo e tudo, sabemos dos perigos dos foguetes, de tudo. Tenho um amigo que, numa Copa do Mundo, gerente de banco, foi explodir um foguete, explodiu na mão dele e ele perdeu a mão. Teve gente que ficou cega, teve até caso de morte. Naturalmente o Deputado Neivo Beraldin está preocupado com esse problema da segurança, agora, eu sou um apaixonado por foguete.

Eu era Prefeito e cada indústria que eu criava para dar emprego para o povo eu acordava os mais ricos, que não precisavam de emprego, às 6h da manhã com uma queima de fogos. Então, quando havia uma explosão de fogos em Londrina a Cidade já sabia que era o Prefeito, Antonio Belinati, levando mais uma indústria para circular dinheiro e gerar emprego para o nosso povo de Londrina.

Temos aqui agora, Deputado Duílio Genari, nosso padrinho querido, é o Deputado que tem feito um trabalho, Deputado Elton, V. Exa. não é do grupo do Prefeito, ele atende o Prefeito de Toledo e atende quase 30 Prefeitos da região. Não entendo como é que ele tem essa garra. Esse Duílio Genari parece que está até com pique de ir para a corrida de São Silvestre, pela disposição que ele tem de atender à população de Toledo e do Oeste do Paraná.

Votos de congratulações e felicitações ao Prefeito de Toledo, José Carlos Shiavinato, pela premiação de melhor Prefeito do Paraná. E também 105º melhor Prefeito do Brasil. Merece os parabéns, sim, as congratulações do Duílio Genari e de toda esta Casa de Leis.

Merece os parabéns, Deputado Durval Amaral, já registramos aqui, deve ter perdido muito voto na última eleição, porque ele não fez nenhuma pré-candidata, ficou aqui fazendo o enquadramento dos funcionários. Muitos agora têm a impressão que estão praguejando o Durval Amaral, porque eu não sei, centenas e centenas foram degolados dentro do processo de enxugar a máquina aqui da Assembleia.

Deputado Nelson Justus, é uma medida boa, saudável, mas evidentemente quem fica de fora fica praguejando, é mais que natural. V. Exa., como Presidente da Casa, e a Casa, e a Mesa Executiva, bancaram esse risco de causar até algum mal estar, insatisfação, mas houve, sim, uma grande redução no quadro de comissionados desta Casa, que vai redundar em economia e mais dinheiro para aplicar na saúde do povo, para aplicar a favor do nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. passa a usar o horário do seu partido.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

O presidente da AMEPAR, Almir Batista dos Santos, fará a 5ª reunião da AMEPAR, no dia 28 agora, em Ibiaporã, terra do Prefeito José Maria.

Temos aqui da terra do Duílio Genari e do Elton Welter, o Jornal do Oeste: *Pacientes aumentam filas no SUS*.

Isso é grave, não é só em Toledo não, esse problema está no Paraná todo, é uma humilhação. Por que o SUS não é caridade, não é esmola que faz para cuidar da saúde do povo, Porque o empregado, o trabalhador, tem

descontado todo o mês no seu salário uma contribuição para a Previdência Social. A empresa também recolhe uma contribuição para a Previdência Social, quando o trabalhador precisa do tal do SUS: fila, fila, fila. Conforme a doença, muitos vão para o cemitério antes de conseguir o atendimento. Isso que ocorre, lamentavelmente.

No Jornal do Oeste: *Nunca é tarde para ter um belo sorriso*. Naturalmente está se referindo a botar um aparelho na boca, consertar os dentes. Mas, tirando esse problema dentário, como é ruim lidar com gente que está sempre de cara feia, está sempre mal-humorada. Tem gente, Deputado Péricles, que é capaz de ganhar 20 milhões na mega sena, já até vi gente dando entrevista, vai ser entrevistado: “O que você achou, está feliz? Ganhou 20 milhões na mega sena.” “É, mais teve um vagabundo lá que também ganhou. Se ele não ganhasse, eu ganhava sozinho, eu ganhava 40”.

Deputado Tadeu Veneri, cliente da Viação Garcia, sem contar que estava num ônibus indo para Maringá, o Deputado Tadeu Veneri indo no mesmo ônibus e só nos encontramos na hora da parada para o lanche. Tem gente que vai dizer que é demagogia, mas nós viajamos de ônibus, com motorista particular e com muito mais segurança. Ainda você encontra muitos amigos na viagem.

A Folha de Londrina, atenção gente que abusa do crédito: *Empréstimo fácil turbina a renda do consumidor. Facilidades na concessão de créditos, nos cinco maiores bancos do País, aumenta em até quatro vezes o poder de compra dos clientes*.

Só que tem um detalhe, está aqui na matéria: você que abusa de cartão de crédito, de agiota, de financeiras, está aqui: especialistas alertam para os perigos desse tipo de transação. A pessoa usa o crédito, se afunda, se enterra e depois não acha a porta de saída.

E a Gazeta do Povo traz aqui: *Gasto público com salários cresce mais que a receita*. Pediria para enfocar esta manchete, porque dá a impressão que as servidoras e servidores públicos estão ganhando demais. Por isso o Governo está gastando muito com funcionário público. Estão ganhando demais coisa nenhuma! Está aí a discussão, implantar ou não os miseráveis 5% de aumento para o servidor público do Paraná. Estão dizendo que não tem receita, uma enrolação, uma tapeação, uma embromação em cima do servidor público. Se a máquina pública está inchada, é porque tem carrapicho demais. Tem autoridade contratando cabo eleitoral para pagar com dinheiro público, para fazer campanha para os doutores, nas eleições deste ano.

O servidor público que está nos acompanhando, os policiais, os professores, sabem: não houve aumento no salário do servidor público. Aumento que não acompanha a inflação não é aumento. Não é nem reposição da perda salarial.

Então, é preciso analisar por que é que o Governo está estourando em gastos com o servidor público. Ou seja, ele está inchando a máquina para arrumar mais,

mais e mais cabos eleitorais, para que ele ganhe, através do dinheiro público, do dinheiro do imposto que o povo paga.

Temos um convite para esta Casa, sexta-feira agora esta Casa estará lotada com a entrega do título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Pastor Pio, que é Presidente da Igreja Comunhão Cristã ABBA. O Pastor Pio é uma pessoa muito querida. Sexta-feira, às 10h da manhã esta Casa estará lotada de fiéis não só da Igreja ABBA, mas outras igrejas, amigos e simpatizantes do Pastor Pio, que estarão aqui.

Recebi um apelo dos porteiros de prédios. É uma vergonha o que estão pagando para um porteiro de prédio. seja prédio comercial, seja residencial. O porteiro do prédio residencial, coitado, de vez em quando ele pega um “espuletinha”, adolescente, criança que faz arte no prédio e se ele chamar atenção, o pai quer que o porteiro seja demitido, porque o filho dele é um santinho, tão comportadinho, não faz arte nenhuma, o porteiro é quem está implicando.

Então, tem uma responsabilidade grande que deságua no ombro de cada porteiro. Agora, tem porteiro aqui em Curitiba, em Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Guarapuava, no Paraná, tem porteiro recebendo menos de R\$ 800 de salário por mês. É uma humilhação, é muito pouco pelo grande trabalho que os porteiros de prédios residenciais ou comerciais realizam. Então, senhores síndicos, vamos pagar um salário justo, humano, compatível com a necessidade mínima que o porteiro tem para o seu sustento e para o sustento de sua família.

Ontem, assistindo a Rede Record, o Paulo Henrique Amorim, ele mostrou o caso de uma oficial de Justiça de Goiânia, mulher que conhece a lei, que intima os outros, ela contratou uma empregada doméstica, e agora foram parar na Polícia, porque ela apresentou um baita contrato para a empregada doméstica, dizendo que a empregada não pode ir com cabelo solto, com roupa decotada, não pode comer bolacha, biscoito, sem autorização da patroa não pode perguntar para onde o casal viajou. A empregada está proibida, pelo contrato, de conversar com o marido da patroa, que é o patrão. Olha, tem tanta exigência! Lamentavelmente a patroa é nada mais nada menos que uma oficial de Justiça, que conhece a lei. Independente do que está ou não na lei, ela colocou uma cláusula: qualquer artigo que for descumprido, a empregada não terá direito a receber salário nenhum. Que dizer, pelo jeito é como no tempo da escravidão.

Então, nosso apelo também a que as boas e excelentes patroas tratem com dignidade e com respeito as suas domésticas, as suas diaristas, a babá de seus filhos, porque elas são trabalhadoras e merecem o melhor respeito. A nossa homenagem às boas patroas, às patroas cristãs e às patroas humanitárias. Mas, exigir tanta coisa e chegar a colocar no contrato que está proibido comer uma bolacha na casa da patroa, acho que isso aí nem no tempo da escravidão, porque no tempo da escravidão

ainda jogavam para os escravos aquilo que hoje usamos para comer uma saborosa feijoada. Então, lamentavelmente tem gente ignorante e que não tem preparo, sendo que se tem bom patrão, tem o bom empregado.

A nossa homenagem a todos os bons empregadores e empregadoras e a nossa crítica e o nosso puxão de orelhas àqueles que não respeitam, não tratam com dignidade seja a doméstica, a faxineira, a babá, seja uma operária, uma comerciária, uma funcionária de sua empresa. Todos merecem ser tratados com respeito e dignidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, um reparo ao pronunciamento do Deputado Quinteiro no que envolve a COHAPAR. A COHAPAR não manda ninguém para fora dos seus imóveis, sendo pessoa carente que deixou de pagar por absoluta necessidade ou por exclusão social. O serviço social da COHAPAR se atem aos protocolos da Lei Nacional da Assistência Social e não se manda nenhum mal pagador humilde ao premido pela necessidade para fora dos seus imóveis da COHAPAR. Manda-se, sim, que é explorador do Sistema Financeiro de Habitação, pessoas que as vezes têm uma carreta que custa milhares de vezes o valor do imóvel, pessoas que têm outros imóveis alugados, pessoas que deixam de pagar prestações que se tornam com o tempo irrisórias, como R\$ 19, R\$ 22 ou R\$ 33.

Então, não tem cabimento acenar com a ideia da Defensoria Pública do Paraná para os maus pagadores da COHAPAR porque não há caso algum de pobre, órfão ou viúva que tenha sido despedido de mãos vazias pela Companhia de Habitação do Paraná em todos os seus 45 anos de história.

Agora quero falar sobre o projeto de lei que vou encaminhar a esta Casa, que pode talvez ser uma emenda ao projeto da Defensoria, que cria o Corpo dos Defensores do Magistério. Quero advogados pagos pelo Estado para defender professores e professoras em situação de risco. Como sabem, tenho ido às escolas públicas dar aulas para compartilhar minha experiência de Presidente da COHAPAR, Secretário de Habitação, minha experiência de ecologia humana com os nossos jovens. Nas aulas que faço mostro o projeto do Governo que institui bairros novos, falo não só dos 230 conjuntos habitacionais que tive a alegria de construir, como falo da primeira favela do Brasil, que começou no Morro da Providência, há 113 anos, no Rio de Janeiro, porque se negou abrigo aos sobreviventes de Canudos. E na sexta-feira estava na escola da vila São Pedro dando uma aula em que havia 200 atentos alunos e admiráveis professoras também

acompanhando minha aula, mas percebi que dois guris de perto de 16 para 17 anos assistiam a aula enleados em uma japona que parecia um tip-top de nenê, com um grande capuz, e até aquelas orelhinhas de gato que são típicas dos nenês envolvidos no tip-top. Fui mais perto, e olhando os dois rapazes vi que usam fones de ouvido e que ouviam um MP-3 - estavam ligados, muito espertos, fora da sala de aula. O Paraná não pode pagar por uma escola que finge que ensina para alunos que fingem que aprendem; o Paraná precisa de uma escola que eduque completamente e de professores que tenham segurança de dizer: “Não. Tire isso. Saia da sala. Respeite a escola. Respeite a educação”. O Paraná precisa de boa educação. O tip-top cobrindo o fone de ouvido é só a ponta do iceberg.

Há professores ameaçados com barra de ferro, outros com faca e objetos de corte, outros ameaçados pela mão pesada do tráfico nos bairros onde se ousa defender o crack e o toque de recolher; e outros ainda ameaçados de morte em escolas que são obrigadas a colocarem detectores de metal nas suas portarias. Ora minha gente, os professores hoje têm que se defender de pais e mães mal educados que não honram o quarto mandamento da lei de Deus que mandou honrar pai e mãe, e também obriga por simetria que o pai e a mãe honrem os seus filhos. Os professores têm que se defender dos Conselhos Tutelares que os ameaçam cada vez que exercem a autoridade.

O Deputado é amigo dos jovens e das crianças, o Deputado Greca é amigo da Educação e acendeu os Faróis do Saber; mas o Deputado Greca quer os defensores do magistério para dar aos professores o poder do mestre, que ensina, diz até aonde pode e aonde termina, o professor que ensina para a liberdade e educa para a responsabilidade. As Cidades não precisam ser só governadas, as Cidades precisam ser educadas. Toda a generalização é perigosa, mas a escola pública não pode fingir que ensina para alunos que fingem que aprendem. Então, os professores têm que ter um quadro de advogados na Secretaria da Educação que os defenda e os respalde para que exerçam o poder do mestre.

Vimos de uma escola tradicional e antiga, o velho Colégio Medianeira, e eu fico imaginando os nossos antigos Padres se nós ousássemos ir com qualquer coisa semelhante a um MP-3 assistir uma aula de latim, de português, de francês. Começa a educação quando há a coragem de dizer não. Se fosse para todo mundo permanecer em Estado natural não era preciso educação, em estado natural bastava um depósito de crianças soltas e entregues à sua própria sorte. Vou encaminhar à Mesa o projeto dos defensores do Magistério. Minha assessoria jurídica vai estudar se na forma de emenda a lei que cria os defensores públicos, ou se na forma de lei específica.

Mas, peço à consciência do Paraná e aos pais que me ouvem pela televisão, aos professores que me escutam pelo rádio e pela televisão, e a todos e cada um de vocês meus colegas Deputados e Deputadas, que reflitam

sobre a ideia de que a sociedade será tanto pior quando a escola fingir que ensina para alunos que fingem que aprendem.

O SR. PRESIDENTE (**Péricles de Mello**)

Com a palavra Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PRESIDENTE (**Péricles de Mello**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero cumprimentar ao Deputado Rafael Greca e a sua proposta importante para o Ministério. Quero lembrar que, ontem, no jornal Folha de São Paulo foi noticiado que a Prefeitura de São Paulo e o Estado de São Paulo estão promovendo um trabalho sobre a saúde dos professores. Este é um tema que pretendo falar outro dia, pois acho também de extraordinária importância para nossa Educação. Se o Estado brasileiro vê a Educação como prioridade fundamental, algumas medidas devem ser tomadas para cumprir esse princípio. Então, parabéns ao Deputado Rafael Greca! Vamos pela mesma senda com a questão não só da Defensoria, mas também da Saúde, um plano de saúde específico para os nossos mestres.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois de um longo tempo eu venho falar novamente sobre o curso da VIZIVALI. Recebi muitos telefonemas, muitos e-mails em função da nota oficial divulgada pelo Instituto Federal de Educação no Paraná, que está em vias de realizar uma complementação para os mais de 30 mil professores, cerca de 35 mil professores que fizeram o curso da VIZIVALI. Já tratamos desse assunto com muita profundidade aqui, durante mais de dois anos, uma longa luta juntamente com os Parlamentares, e os professores ficaram preocupados porque percorremos o Paraná com outros Deputados, acenando com a vitória, com a conquista de uma solução final para esse caso grave e dramático.

Os professores da VIZIVALI inscritos no Instituto Federal do Paraná fariam uma carga horária de 400 horas, durante um semestre, e teriam não só reconhecido os conhecimentos adquiridos pelo Instituto, mas também teriam o curso de Pedagogia Plena oferecido pelo Instituto Federal do Paraná. Isso acendeu muita esperança em todos nós, mas, infelizmente, alguns problemas aconteceram nesse período. Acompanhei de maneira silenciosa até por que achava que não era conveniente, antes de uma solução final, me manifestar, pois isso poderia prejudicar os encaminhamentos tomados.

Fiz uma audiência com o professor Alípio, na semana passada. Tive audiência, também, com o novo Secretário de Ciência e Tecnologia, o Sr. Nildo. Conforme nota do próprio Sr. Alípio, começou a haver uma resistência muito grande no seio do PARFOR que é o fórum de formação dos professores. Essa resistência aconteceu em dois aspectos: primeiro, começam a questionar a carga horária necessária para complementação,

achando que 400 horas era muito pouco, ao invés de um período já se acenou com três períodos, no mínimo, para fazer a complementação.

No entanto, a questão mais grave é que o Secretário do MEC de Educação à Distância e o PARFOR, começaram a questionar a metodologia utilizada pelo Instituto Federal do Paraná, porque a metodologia da Educação à Distância proposta pelo Instituto, inclusive usando as telessalas oferecidas pelo Governo do Paraná, não coincidem com a metodologia da universidade aberta no Brasil. Isso começou a trazer problemas, para os objetivos e a solução que tínhamos todos saudados uma grande vitória de 35 mil professores paranaenses.

Em conversa com o Sr. Alípio, conforme o conteúdo desta nota por ele divulgada e pelo Instituto Federal, ficou esclarecido o seguinte: o Instituto vai aguardar uma posição do Conselho Nacional de Educação, já que ele foi procurado por meio de um requerimento que foi encaminhado pelo Deputado Federal Ângelo Vanhoni, a pedido do Fórum dos Professores, sobre a questão da carga horária, qual será a carga horária definida para complementação. E a segunda questão grave que diz respeito à metodologia, o professor Alípio esclarece que o Instituto Federal tem autonomia para usar sua própria metodologia, como instituição que é, universitária, que não pode ser questionado. Então, isso nos traz uma certa tranquilidade, ou seja, pode ser que os alunos tenham prejuízo, digamos aquela expectativa - não prejuízo, vamos esquecer essa palavra, porque aprender nunca é prejuízo e sim benefício para as pessoas. O alunos, ao invés de fazer a complementação com uma carga de mais ou menos 400 horas, um período, terão que fazer três períodos, somando 1200, 1300, talvez, 1400 horas. Isso traz um certo alívio.

Começamos a refletir sobre esse problema. De onde surgem os questionamentos. Basta o exercício muito simples de lógica forma, para perceber uma contradição. O que lutávamos aqui e talvez seja o caso de voltar a essa ideia novamente, é para que esses alunos tenham o reconhecimento do curso normal superior, que efetivamente fizeram, que foi aprovado pelo Conselho Nacional de Educação, pelo Ministério de Educação e Cultura, em dois pareceres e depois negado em um 3º parecer. Eles fizeram esse curso, pagaram R\$ 4 mil, estudaram mais de 18 meses, saindo de suas casas, se sacrificando. Fizeram um curso, repito que aprovado pela entidade máxima da educação no Paraná. Desses 35 mil, 15 mil já foram aprovados em concurso público, em Prefeituras, em mais de 300 Municípios. Eles tiveram ascensão na sua carreira, ao concluírem o curso, apresentado a certidão de conclusão do curso. Eles estão em estado de risco permanente, porque os Prefeitos na medida em que não receberam dos professores o diploma, que eles não têm, por não serem registrados, estão sofrendo pressão para demití-los, com medo de que o Município tenham as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Paraná. Os que tiveram ascensão funcional estão preocupados, em perder a

ascensão que tiveram, a progressão que tiveram em nível vertical. É uma insegurança generalizada.

O mais grave é que, quando a Secretaria de Estado fez concurso para séries iniciais do ensino fundamental e educação infantil, ele alija esses professores de fazer concurso. Elas são aprovadas e não pode ser contratadas, porque não têm o diploma. Também os Municípios de acordo com a nova lei, quando fazem concurso municipal, não podem mais permitir que esses professores, se diploma, participem sequer do concurso ou se eles participaram não podem, depois, serem contratados, porque não têm o diploma.

É uma situação absurda e já falei dezenas, centenas de vezes nesta Casa, que senão acharmos uma solução teremos um prejuízo, não só para esses professores, mas para milhares de crianças do Paraná, que ficarão sem os seus mestres em suas escolas. Quem conhece os problemas de educação no Brasil e em nosso Estado, esses professores estão sendo transformados no grande bode expiatório desses problemas. É uma coisa absurda. Mais triste é saber ainda é que justamente, que quem começou a questionar essa solução apresentada, foi o Secretário de Educação à Distância, o mesmo que nos disse em audiência no MEC, ao lado do Ministro de Educação, que tínhamos que resolver no Paraná esse problema e não precisaria nem passar pelo MEC, que nos acusou de autofágico: "Vocês não resolvem, porque são autofágicos no Paraná. Não precisam nem vir aqui em Brasília."

Volto a minha velha tese de que precisamos encontrar uma maneira de oferecer os diplomas de normal superior. Os professores conseguindo esse diploma ficarão mais tranquilos, para fazer a complementação. Aliás, milhares deles já fizeram a complementação em faculdades particulares. Na hora em que eles tiverem reconhecido isso, imediatamente poderão reconhecer também a complementação que fizeram e terão automaticamente o diploma de Pedagogia Plena, que dá muito mais poderes e confere um saber mais qualificação.

Fiquei muito satisfeito, porque em audiência realizada com o Secretário Nildo, percebi que ele tem a mesma ideia e comunga do mesmo pensamento que este Parlamentar. Vou me reunir com o Secretário, na condição de presidente da Comissão de Educação desta Casa, com os reitores das universidades, principalmente, da UEPG e Unicentro. A UEPG já formou muitos professores em normal superior no passado. Temos que achar uma solução por etapas. Primeira etapa, conferir o diploma de normal superior. Segunda etapa, a complementação. Por que se complementação for demorar três ou quatro semestres, os professores continuarão durante esse período sem o diploma do ensino superior correndo esse risco sério de serem demitidos e teríamos uma solução mais efetiva resolvendo essa questão por etapas. É claro, todos aqueles grupos e setores que eram contra e continuam sendo contra em reconhecer o normal superior, são mais contra ainda de que com uma complementação de 400 horas, não tenhamos só o diploma de normal supe-

rior, mas o de pedagogia é lógico que se oponham também a essa proposta do Instituto, que todos nós achamos que era uma proposta excepcional para resolver definitivamente essa questão.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Quero cumprimentar o esforço do Instituto Federal do Paraná na figura do seu Reitor professor Alípio e demais professores do Instituto que não estão evitando esforço para resolver essa grave questão que aflige a educação paranaense e também saudar o novo Secretário em Ciências e Tecnologia que tem uma posição favorável a esse reconhecimento. Acredito que o Governador Orlando Pessuti será um parceiro nosso no encaminhamento dessa questão tão importante para o Paraná e para as nossas crianças.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero convidar também a todos os Parlamentares para participar de uma Audiência Pública amanhã 1º Simpósio de Segurança Pública e Privada, pela solicitação que me fez o Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e da região. Também virão sindicatos de todo o Paraná para participar dessa audiência que começará às 8h30. Teremos inicialmente a apresentação da Federação dos Vigilantes do Paraná, depois apresentação do repórter responsável pela matéria importantíssima da Gazeta do Povo, sobre a vigilância privada irregular, também exercida pela própria Polícia nas horas de folga. Depoimento de Elizabeth Leal já que o seu filho morreu no horário e que fazia um trabalho extra na segurança privada, era policial militar. E teremos a participação de vários sindicatos e empresários, do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região, setores públicos, municipais de Curitiba, SISMUC, a Secretaria Estadual da Segurança Pública, o Coronel Daniel Alves de Carvalho, o Comando Geral da Polícia Militar do Paraná e o Comando do Policiamento da Capital, a Polícia Federal que fiscaliza as empresas privadas, a Polícia Civil, Coordenação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública, a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, Deputado Ademir Bier, também a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Nacional dos Vigilantes, José Boa Ventura estará presente, o Sindicato das Empresas de Segurança e Transporte de Valores do Paraná.

Convido a todos para participarem, dado o grave problema que ocorre em nosso Estado com relação às empresas ilegais de segurança privada.

E por último, não poderia deixar de manifestar a minha alegria, como antigo militante do Partido dos Trabalhadores, com o resultado das pesquisas apresentadas no último final de semana da Vox Populi e Data Censo, que já mostrava a Dilma Rousseff na frente do Serra, tanto na espontânea como na simulada, aprovação record do Presidente Lula, e por último a pesquisa da Data Folha, a mesma que há algumas semanas atrás, nos dias

15 e 16 de abril, divulgou uma pesquisa em que Serra estava bem à frente de Dilma. Inclusive essa pesquisa foi questionada por muitos intelectuais do partido, especialistas em pesquisas, como sendo uma coisa meio estranha. A Data Folha foi obrigada a colocar uma curva bem ascendente para a Dilma, que subiu para 37, empatada com o Serra e o Serra caindo.

Isso é muito importante, acho que mostra realmente que o Brasil está no bom caminho, a população valoriza o Presidente Lula, aprovação pessoal de mais de 80%. A população, que cada vez mais percebe que Dilma representa a continuidade do atual Governo, passa a escolher Dilma na pesquisa. Isso fica claro. Todos os jornais, todos os analistas políticos, entendendo que é grande a influência do Governo, da figura do Presidente Lula, na medida em que ele apoia Dilma, e a população começa a perceber que Dilma realmente representa a continuidade do Governo Lula, a população passa a escolher Dilma para Presidente do Brasil.

Foi muito importante essa pesquisa, acho que ascende grandes esperanças de que esse processo profundo de transformação social que acontece no Brasil, um País unido, mas um Governo que se preocupa preferencialmente com as pessoas que mais necessitam, com distribuição de renda, programas como o PAC 1 e 2; Minha Casa, Minha Vida; Bolsa Família, programas sociais. Isso ascende em todos nós uma grande esperança e otimismo com relação ao processo eleitoral deste ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputados.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

Deputado Durval Amaral (DEM)

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Concluimos praticamente, na terça-feira da semana passada, e na quarta e quinta-feira ficamos apenas consolidando alguns dados, o enquadramento dos servidores comissionados no que se refere aos gabinetes parlamentares, às lideranças, à Mesa Diretiva da Assembleia Legislativa e às comissões.

E esse esforço dos Deputados Estaduais, da Assembleia Legislativa mais efetivamente do conjunto dos Deputados Estaduais que quer construir uma nova Assembleia, digo o conjunto porque esses números não teriam sido alcançados se não fosse esse entendimento, e esse entendimento nada mais é do que a vontade da sociedade paranaense. Digo a vontade da sociedade paranaense porque não é possível fazermos um corte vertical e separarmos os Parlamentares do que deseja a nossa sociedade, até porque nada mais somos do que os legítimos representantes da sociedade. Se a sociedade nos dá a direção e nos dá o caminho, é este caminho que o conjunto

dos Deputados, que o Parlamento deve seguir. E é em função desse esforço de cada uma das Sras. e Srs. Parlamentares é que chegamos a alguns números que podem nos dar o norte, a direção, e com certeza é o alicerce para a construção de uma nova Assembleia Legislativa.

Digo que pode nos dar o norte e com certeza é o alicerce porque uma boa casa, uma boa construção começa com um bom alicerce. O passado não vamos jamais conseguir apagar, mas com esta decisão da maioria dos Srs. Deputados, tenho convicção que o rumo está traçado e o alicerce é sólido. Poderemos construir uma nova Assembleia.

E digo isso porque no conjunto dos gabinetes parlamentares, das lideranças, das comissões e da Mesa Diretiva da Assembleia Legislativa seria, por força da lei, permitida a nomeação de 1 mil 674 cargos comissionados. Não foi o que a sociedade quis. Portanto, não foi também o que os Srs. Deputados desejaram. Isto temos que deixar muito claro. Nos gabinetes parlamentares tínhamos a oportunidade legal de nomear 1 mil 242 pessoas. A sociedade desejou, os Deputados entenderam essa diretriz de 23 servidores que seria possível por gabinete parlamentar, a média geral ficou em 15,61 servidores. De 1 mil 242 cargos que poderiam ser providos, 843 foram providos.

Ficaram, portanto, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, 32,12% desses cargos. Nas lideranças ou blocos parlamentares, da possibilidade legal de 132 cargos, desses 109 foram ocupados ficando 17,42 destes cargos vagos, uma média que seria possível de 12 cargos por liderança ou blocos os líderes entenderam que 9,9 cargos seriam ocupados. Na Mesa Diretiva da Assembleia Legislativa de 72 cargos possíveis 63 foram ocupados, portanto 12,5 dos cargos ficaram vagos. Nas comissões de 228 cargos que seriam possíveis 19 cargos foram ocupados ficando vagos 91,66% desses cargos. Num entendimento que só foi possível graças ao que fazemos aqui todos os dias, discutimos, debatemos e achamos o melhor, o mais seguro caminho. Ficou definido então que nas comissões critérios seriam definidos para que alguns destes cargos pudessem ser ocupados e outros tantos ficarão contingenciados para realização de concurso público. Mas, digo com a mais absoluta certeza: se durante três semanas eu e todos vocês, todos juntos, nos dedicamos para que pudéssemos chegar a estes números, lançando um alicerce para uma nova Assembleia, isso só possível graças à determinação de cada uma das senhoras e dos senhores sobretudo porque estávamos ouvindo, atentamente, o clamor da sociedade.

Não é possível separar o Parlamento da sociedade, porque somos aqui os legítimos representantes da sociedade e é bem-vindo a este Parlamento, todos aqueles que puderem contribuir com suas ideias, disposição, coragem de disputar uma eleição, colocar o seu nome ao crivo da vontade popular para enriquecer este Parlamento, mas pelo voto da sociedade paranaense.

Agora, por que foi possível neste momento fazermos este enquadramento? Quero retroagir um pouco: porque lá no mês de dezembro nós aprovamos um projeto que se transformou em Lei número 16390.

Certamente todos nós ficamos muito acanhados quando em 31 de março do ano passado, foi divulgada a relação dos servidores da Casa e depois disponibilizado no Portal da Transparência onde ali não continha, efetivamente, a simbologia do cargo, a lotação e todos ficamos incomodados porque fomos nós Legisladores que fizemos o artigo 234 da Constituição Estadual e nos deparamos, infelizmente, com essa falta de organização de alguns setores da Casa e não se teve o tempo hábil de se divulgar conforme a lei.

Foi até em função disto e de outras questões mais do que se decidiu elaborar a Lei nº 16390. O que esta lei nos diz ou o que ela mandou que o Parlamento fizesse e que nós cumpríssemos? No primeiro capítulo ela disse claramente: vamos extinguir tantos cargos, vamos transformar aquelas quase 30 simbologias ou cargos que existiam na Assembleia Legislativa em apenas duas, vamos manter os DAS e vamos criar os Gs. Então ela criou, transformou extinguiu cargos e transformou estas simbologias todas. No capítulo II, muito claramente diz que de agora em diante o Parlamento do Paraná vai ter que dizer - porque já dissemos lá no Capítulo I qual é a simbologia do cargo - na próxima relação que for publicada além da simbologia do cargo vai ter que dizer a lotação.

Assim acontece nos artigos 9º, 10, 11 e na sequência toda. Todos os servidores que agora serão divulgados do cargo, que a lei nº 16390, que nos propiciou com clareza absoluta e, vamos ter também da divulgação da lotação dos servidores. Também foi a Lei nº 16390 que estabeleceu esse critério que conjugados com a recomendação que o Ministério Público faz que é a recomendação que a sociedade fala e é o que a sociedade nos cobra. Nós aqui temos que seguir aquilo que a sociedade deseja que assim seja. É que vamos e estamos preparando já, como já bem colocou V. Sa. está praticamente pronta todos os servidores da Assembleia Legislativa do Paraná com nome, cargo que ocupa, a simbologia do cargo que ocupam efetivamente, a lotação do servidor, o número do ato e o ato que nomeou esse servidor e a data que foi vinculado essa nomeação. É uma recomendação que a sociedade nos faz, que o Ministério Público nos faz, sobretudo que o Legislador se alto disciplina, que os Parlamentares do Paraná assim desejam também, pela força da sociedade, mas colocamos isso na lei e temos que cumprir a lei.

O alicerce de uma nova Assembleia, tudo bem, se não levarmos adiante essa construção realmente não teremos uma nova Assembleia. Isso para mim está muito claro. Aliás, para todos nós Deputados Estaduais.

Esse alicerce agora terá esse passo decisivo com a divulgação como V. Exa. já colocou, dia 31 de maio, poder-se-ia até fazer essa divulgação antes mas vamos como a data fatal dia 31 de maio, estaremos então com o Diário Eletrônico da Assembleia Legislativa.

Diário Eletrônico que já está pronto, graças a Deus, e graças ao empenho dos técnicos, o empenho das meninas lá da taquigrafia, do nosso pessoal do departamento de processamento de dados e o empenho dos nossos funcionários da gráfica, o Sr. Luiz da Gráfica, já está pronto.

Não será a 8ª Maravilha do Mundo, mas será um instrumento eficiente para que possa ser feito o controle social. Controle social através da rede mundial dos computadores, sobre toda a gestão política da Casa. Quando digo a gestão política da Casa, não basta apenas que a sociedade possa exercer esse controle social, acompanhando as despesas de ressarcimento dos Srs. Deputados, ou as nomeações dos gabinetes dos Parlamentares. Queremos ir avante, queremos que esse controle social se dê também não só na questão política mas sobre toda a questão administrativa e sobre toda a questão financeira da Casa. Estamos preparando esse Diário Eletrônico para que essas questões possam ficar muitas claras e de fácil acesso a todos os Parlamentares.

Quando digo, nós estamos preparando, Sr. Presidente, não é o Deputado Durval, nem o Deputado Nelson, nem o Deputado Dr. Batista, nem o Deputado Jonas, somos todos nós Deputados Estaduais. Por que somos todos nós? Porque votamos lá no mês de abril uma resolução que mandou que a Assembleia Legislativa, aprovada aqui por unanimidade, que fosse criado o Diário Eletrônico da Assembleia Legislativa. Então é o conjunto dos Deputados que está tomando essa posição de vanguarda, embora tardiamente. Mas estamos tomando porque queremos uma Assembleia nova.

Vamos então divulgar, Sr. Presidente, porque assim é que a sociedade deseja, assim é que os Deputados desejam, todas as nomeações da Assembleia Legislativa, com nome, simbologia do cargo, lotação, a data e o ato de nomeação e a data que for veiculada no Diário Eletrônico e no Diário escrito essa nomeação.

Vamos também e por força da lei, se não me engano era o Projeto nº 197. É um projeto de todos os Deputados, praticamente todos o subscreveram, desta imersão que fizemos durante 34 semanas lá no meu gabinete, ouvindo e conversando com cada um dos Srs. Deputados, o conjunto da Assembleia tocou o projeto, fez o substitutivo geral, foram feitas várias emendas aditivas, emendas modificativas e foi para a sanção do Governador.

Claro, existem pontos que podem ser questionados. Mas, existem critérios extremamente rigorosos para nomeação de servidores. Existem critérios fixados que colocam que aquele que tiver qualquer dívida com a Receita não poderá ser nomeado. Aqueles que tiverem uma folha corrida, certidões negativas da Justiça Estadual, não poderão ser nomeados. Critérios extremamente rigorosos, colocados neste projeto de lei, que se tornou lei, proibindo-se claramente não só a Súmula Vinculante nº 013, a prática do nepotismo dentro da Casa, mas proibindo-se também o nepotismo cruzado

dentro da Assembleia Legislativa, regulamentando esse dispositivo aquilo que, de fato, já existe, que é o que existe não só na Assembleia do Paraná, mas em todas as Assembleias do Brasil, que existe no Congresso Nacional e na Câmara Federal, que é o assessor parlamentar que presta serviços na extensão do gabinete parlamentar, que foi regulamentado também nesta lei.

Então, os avanços são muitos. É o legislador criando para os assessores parlamentares que prestam serviços na extensão do gabinete parlamentar, inclusive os relatórios, criando dispositivos para responsabilizar aquele assessor e aquele Deputado que desta forma não agir.

E vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, todas as nomeações que estão sendo processadas, que estão sendo feitas, todas, inquestionavelmente todas, sem excessão, quem indica tem que assinar um requerimento fazendo essa indicação. Quem indica, junto com aquele que foi indicado, tem que ter o “ciente” de que ele tem que cumprir a carga horária, que ele tem que fazer as declarações de que não é parente até 3º grau dos Deputados, que ele efetivamente não tem nada que o impeça de exercer as funções. Todo e qualquer dispositivo previsto nos artigos 21, 22 e 23 da Lei nº 16390, que fala em gratificação de representação, todas essas questões, o funcionário assina junto com o chefe da seção, seja o chefe da seção o Deputado, seja o chefe da seção um Diretor da Casa, da Assembleia Legislativa. E tudo estará formatado. Tudo estará manualizado.

Tenho dito para alguns que esta é a vontade dos Srs. Deputados, que a Assembleia Legislativa do Paraná será como o Banco do Brasil, totalmente manualizada. Vamos ter tudo no manual, os direitos e as obrigações de cada um dos servidores, o direito do Parlamentar e suas obrigações.

E quando digo do alicerce, e volto aqui à esta questão, apenas o alicerce e o norte que está sendo dado, reestruturação administrativa da Casa, prevista neste projeto de lei, a reestruturação administrativa da Casa, prazo fatal de 240 dias, que deverá culminar com sua gestão à frente da Presidência desta Casa, para que possamos reestruturar totalmente a Assembleia Legislativa. Se esta reestruturação vai se dar por força e com o trabalho intelectual dos funcionários de carreira da Assembleia Legislativa, ou se ele vai se dar com uma parceria com a Secretaria de Estado da Administração ou com uma parceria com alguma empresa sem fins lucrativos, pouco importa. Mas, a reestruturação administrativa da Casa tem que acontecer até o final do ano.

Está la escrito neste projeto de lei, que espera a sanção do Governador: a realização do concurso público. Porque estamos contingenciando cargos na estrutura política da Casa, há uma recomendação expressa da Mesa Diretiva da Assembleia Legislativa de contingenciar cargos também da administração da Casa. E nas próximas horas deveremos ter o fechamento desse número para que possamos, então, uma vez reestruturada

administrativamente, politicamente, definindo um novo desenho, um novo organograma da Assembleia Legislativa, possamos definir quais são os cargos possíveis de serem ofertados em concurso público, para que possamos não concluir, mas efetivamente já termos as paredes construídas dessa nova Assembleia, desse novo modelo da Assembleia Legislativa.

Por isso, penso que com essas medidas, se não forem apenas uma diretriz, mas se for realmente o alicerce lançado, e essa fé inabalável de todos nós que queremos reconstruir uma nova Assembleia Legislativa, poderemos dar uma resposta efetiva à sociedade.

Então, esse trabalho, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o trabalho e o esforço de todos nós Deputados Estaduais. Cada um dos senhores teve a oportunidade de estar conosco durante três semanas, por uma vez, duas, três, quatro e alguns inúmeras vezes, porque queríamos efetivamente fazer isso, nobre Presidente, dar uma resposta objetiva, lançar o alicerce para uma nova Assembleia Legislativa. Todos queremos dar uma resposta à sociedade e acho que a contribuição de todos nós está sendo dada. Estamos aguardando ansiosamente a lista da administração para consolidarmos efetivamente quais serão todos os servidores nomeados da Assembleia Legislativa, divulgarmos isso no Diário Eletrônico e possibilitarmos à sociedade o controle social não só sobre a gestão política da Casa, mas sobre a gestão administrativa e a gestão financeira da Assembleia Legislativa.

Só queria fazer esse balanço final, Sr. Presidente, dizendo que dessa forma nós, com certeza, poderemos reconstruir a Assembleia Legislativa. Sem querer exagerar, mas é isso que precisamos fazer! O alicerce está lançado e as condições estão postas.

Concedo um aparte ao Deputado Ney Leprevost.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Gostaria de cumprimentá-lo, Deputado Durval Amaral, porque estive pelo menos em quatro ou cinco reuniões no seu gabinete e pude testemunhar a sua dedicação e a sua paciência, conversando com um por um dos Deputados para promover o enquadramento, muitas vezes trabalhando até as 22h30 ou 23h. Então, sou testemunha do esforço pessoal de V. Exa. para promover esse reenquadramento, que é muito importante para construir um novo alicerce para a Assembleia Legislativa e para dar à sociedade a oportunidade de readquirir a confiança no Poder Legislativo.

Parabéns pelo seu trabalho e tenha a certeza de que o senhor conta com o reconhecimento de todos os seus colegas!

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Agradeço!

Concedo também aparte ao Deputado Romanelli e ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Durval, queria dizer publicamente do esforço que o senhor, como Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça fez para que pudéssemos chegar neste final de mês de maio com o atingimento das metas a que havíamos nos proposto, ou seja, de poder fazer com que as medidas moralizadoras que foram anunciadas desde o ano passado, mais especialmente no mês de março, pudessem se tornar reais. E sabemos que passamos por um processo extremamente complexo nos últimos meses, de um debate político que se estendeu também para o seio da sociedade civil organizada, e penso que é hora de todos reconhecerem não apenas o seu papel como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, mas de cada um dos Parlamentares desta Casa, que contribuíram para que pudéssemos superar as dificuldades que enfrentamos, de forma que pudéssemos também, respeitando o Estado democrático de direito, fazer com que as instituições pudessem cumprir o seu papel e principalmente para que pudéssemos, nós Parlamentares, que temos a partir do dia 5 de julho um processo eleitoral, pudéssemos durante esse mês de junho terminar de promover esse debate que for necessário com a sociedade civil organizada, esperando que entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil, e outras enfim que são signatárias de um manifesto, pudessem, na verdade, abrir um diálogo que possa ser construtivo com esta Casa, reconhecer o quanto avançamos. E nós aqui estamos falando dessa nova Assembleia, como bem foi ressaltado.

Em relação ao passado, o Ministério Público, a Justiça, tomarão conta, como também obviamente esta Casa, no seu processo fiscalizatório interno que temos, o controle interno, mas estamos tratando dessa nova Assembleia, ou seja, que no dia 31 publicaremos o nome, a simbologia, o gabinete parlamentar, com tudo bem descrito quem é que está ocupando cargo, com leis que regulamentam, nenhuma Assembleia terá como a nossa, tão bem regulada a contratação, ou melhor, a nomeação de servidores comissionados. Melhor ainda que o próprio Congresso Nacional, teremos aqui, através de leis muito bem detalhadas, quais são as vedações, como é que se opera essa nomeação.

Digo isso por quê? Porque avançamos muito, Sr. Presidente Nelson Justus, demais integrantes da Mesa, penso que todos depositamos uma grande confiança na sua pessoa, mas indiscutivelmente penso que nós todos aqui contribuímos, do ponto de vista daquilo que era fundamental, que era uma participação efetiva, ao mesmo tempo com muita responsabilidade, no sentimento de saber que temos que jogar com a ética, com a moral, com a transparência; e não só com a transparência, de respeitar o dinheiro do povo, que acho que é a questão básica que envolve e permeia todo esse debate.

Então, nesse aspecto, penso que avançamos muito. Quero lhe parabenizar publicamente pelo trabalho extenuante que pessoalmente lhe foi imposto, e quero dizer

que V. Exa. pegou como uma missão e se desincumbiu de uma forma extraordinária, tanto que esses números do provimento demonstram justamente o enxugamento que essa folha de pagamento da Assembleia vai sofrer nesse mês de maio. Claro que precisamos terminar de fazer algumas adequações ainda para ter um bom funcionamento das comissões, naturalmente com grande congelamento de cargos, mas indiscutivelmente nós tivemos um grande avanço. E espero que todas as pessoas de bem possam de fato reconhecer esse trabalho que foi feito por V. Exa. e pelo coletivo desta Casa, mas indiscutivelmente que nós possamos de fato ter a capacidade de estar dialogando com todos e que as pessoas possam reconhecer esse avanço, que diga-se de passagem não é mais do que a nossa obrigação de passar essa Assembleia a limpo. Parabéns Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Agradeço ao Deputado Romanelli. Concedo um aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Eminente Deputado Durval, essa Casa na verdade todos aqueles que aqui estão representam o sentimento da sociedade paranaense como um todo, ela é a mola propulsora de todos os grandes temas que envolvem o Paraná, sintetizado por cada Parlamentar que aqui está que representam as mais diversas do Estado. Mais do que nunca nós temos conhecimento, sentimos na pele esses últimos três meses o que ocorreu e o que aconteceu com esta Casa. Nós temos que reconhecer que a sociedade paranaense através de alguns meio, ou de um meio de comunicação, acabou levantando algumas situações que nos deixam até um pouco envergonhados diante da sociedade.

Mas, temos que reconhecer de que todos aqueles que aqui estão na verdade vieram para cá pelo voto popular, e tem o embasamento legal para poder fazer aqui a sustentabilidade das suas defesas, enfim, de tudo aquilo que nós entendemos ser importante para o Paraná. E devo reconhecer o trabalho que V. Exa., na companhia de outros Parlamentares e da própria Mesa Executiva, fez no sentido de fazer a transformação desses avanços tão clamados pela sociedade paranaense. Reconhecemos que tivemos erros realmente homéricos no passado, mas temos também que agora reconhecer que a Assembleia vive um novo tempo, um novo momento.

Espero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Durval Amaral, que tenhamos esse voto de confiança da sociedade paranaense, que nos dê o tempo para realmente mostrarmos de que estamos com uma Casa nova, mudada, transformada, que haverá de enaltecer e engrandecer a todos os paranaenses. Com certeza esta será a melhor Assembleia do Brasil, porque todas as mudanças em termos da parte legal foram feitas e V. Exa. foi o grande mentor, o grande responsável, na companhia de mais alguns companheiros Deputados, por tudo isso que

vem acontecendo, e é lógico sempre com o aval e o respaldo do Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus. Parabéns pelo seu trabalho!

O Sr. Elio Rusch (DEM)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Durval Amaral, ouço com muita atenção seu pronunciamento e gostaria de parabenizá-lo e dizer que, inúmeras vezes, quando eu saí do meu gabinete, realmente saio tarde daqui, realmente saio daqui quando o segurança da própria Assembleia já vem comunicar que está na hora de ir embora, aí quando descia no elevador perguntava: “Tem mais alguém aqui?” Ele respondia: “Só o Durval.” Quantas vezes passei pelo seu gabinete, por volta das 21h, 22h, e V. Exa. estava trabalhando. E o mais importante, chegando aqui de manhã, por volta das 7h, 7h30 começando seu trabalho, com sua equipe do seu gabinete, com o pessoal da própria CCJ. É importante que se diga, Deputado Durval e sociedade do Paraná, a participação dos novos Diretores da Assembleia Legislativa, do Dr. Eron, do Dr. Francisco, enfim, todas as pessoas que fizeram parte desse trabalho que foi cansativo, realmente cansaram muito. Inúmeras vezes, Deputado Nelson Justus, quando também conversamos com V. Exa., na Presidência, o senhor disse: “Não vamos atrasar nada, continuar avançando. Eu não vou recuar um milímetro.” E V. Exa. tem dito isso inúmeras vezes, e o Deputado Durval, junto com todo seu corpo técnico, conseguiram realizar este trabalho.

É importante que se diga, Deputado Durval, que esta lei do reenquadramento dos funcionários não foi aprovada agora, foi aprovada no ano passado, já fez parte dos planos da Mesa da Assembleia Legislativa. Num primeiro momento, aprova-se a lei, foi aprovada no ano passado; foi sancionada no início deste ano. Primeiro passo era o recadastramento dos funcionários para depois chegar ao passo que V. Exa. está relatando, hoje, com muita propriedade, que é o reenquadramento dos funcionários comissionados aqui na Casa Legislativa. Parabéns, Deputado Durval Amaral! V. Exa. fez exatamente aquilo que a Mesa pediu que fosse feito e V. Exa., um profundo conhecedor da questão jurídica, da questão administrativa, se assessorou também para que pudéssemos chegar neste momento, com todos os nossos funcionários reenquadrados.

O balanço que V. Exa. tem transmitido, já na semana passada, na quinta-feira, quando estive em seu gabinete, dando inúmeras entrevistas para televisão, para rádios, para jornais, mostra a cooperação que os Parlamentares do Estado do Paraná tiveram nessa nova fase da Assembleia Legislativa. Por esta razão, tenho certeza, Deputado Nelson Justus, nós teremos duas Assembleia: uma até agora e uma nova Assembleia Legislativa daqui para frente, graças a determinação, volto a dizer novamente, da Mesa e o trabalho incansável de V. Exa. e de todas as pessoas que têm participado nesse trabalho.

Parabéns a vocês!

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Para concluir, Sr. Presidente, quero agradecer a manifestação dos Srs. Deputados, a confiança depositada pela Mesa Diretiva desta Casa no trabalho que juntos todos nós Deputados Estaduais desenvolvemos.

Quero agradecer aos funcionários da Assembleia Legislativa e render aqui uma homenagem não só aos comissionados, aqueles que estão de passagem por aqui, mas aos servidores efetivos da Assembleia Legislativa. Por que desde quando elaboramos a Lei nº 1390 e depois com a resolução que foi votada, aqui, estipulando também gratificação e avanços para os servidores efetivos, durante esse período negro da Assembleia Legislativa, por diversas oportunidades, vários servidores efetivos e comissionados chegavam ao Deputado Durval e, certamente, a todos os Deputados, de cabeça baixa e alguns até envergonhados de serem servidores daqui. Dizer que essa nova Assembleia, que nós todos queremos construir, servirá também de orgulho aos nossos servidores, efetivos, comissionados e aqueles que em um futuro próximo poderão prestar um concurso público e ingressar nesta Casa. Que os servidores públicos não precisarão, em hipótese alguma, ter vergonha quando forem a uma casa de eletrodomésticos, para aprovar um crediário e dizer que são funcionários da Assembleia Legislativa, como infelizmente estava acontecendo. Temos que dar dignidade a essas pessoas, valorizando o trabalho delas.

Agradecer a todos aqueles, alguns funcionários da Casa e outros que nem funcionários da Assembleia Legislativa são, que ajudaram no desenvolvimento do programa, que hoje está lá servindo também, ainda empiricamente, ao departamento pessoal, quando o desenvolvemos junto com pessoas externas daqui, para que pudéssemos fazer o enquadramento. Agradecer aqueles que são funcionários da Assembleia Legislativa. Agradecer muito especialmente aos funcionários da gráfica, pois tantas foram as informações que precisamos e de lá fomos nos socorrer. Agradecer a todos os funcionários do departamento pessoal desta Casa. Agradecer aos funcionários do departamento administrativo, ao novo diretor, Dr. Francisco e ao Dr. Eron, que é o novo Diretor-Geral da Assembleia Legislativa. Agradecer - digo sempre que não são meninos, são verdadeiros juristas - ao que estão comigo na CCJ. Alguns deles entraram, aqui, como estagiários da Comissão de Constituição e Justiça, fomos trabalhando, moldando e hoje são grandes profissionais. Mesmo eles tendo concluído a universidade acabaram ficando na Casa conosco e têm prestado um auxílio enorme a CCJ e também em alguns gabinetes parlamentares.

A Sra. Cida Borghetti (PP)

Permite um aparte?

(Assentimento)

Apenas para contribuir com os nobres Pares.

Dizer da maneira, como nos recebeu no seu gabinete - alguns aqui chegaram a falar do horário - às 21, 22, 23,

passando da meia-noite também. V. Exa. virou noites e noites estudando a melhor forma de amparar a todos nós: funcionários, corpo técnico, nossos assessores e a nós, Parlamentares, que nesse momento precisávamos de um apoio. V. Exa. se colocou à disposição, com sua equipe competente, nos dando muito conforto, nesse momento em que o Paraná vive um cenário não muito favorável, mas que vai passar.

Dizer que no dia de hoje, o presidente nacional, Eduardo de Araújo, do Observatório Social, está na Cidade de Curitiba. O Observatório Social foi implantado em Maringá, é pioneiro no Brasil, administrado pelo Prefeito Ricardo Silvio Barros, do Partido Progressista, que é do meu partido.

O Observatório Social é um conjunto da sociedade civil organizada. Apresentamos aqui uma indicação sugerindo que a Casa firmasse um convênio com o Observatório Social. O Presidente, naquele momento, me disse que seria muito importante dali uns dias. Acho que será muito importante para esta Casa. Que a sociedade civil organizada também se faça presente e possa entender como é a Casa, o Legislativo, a Casa do povo paranaense. Como aprovamos aqui leis importantes, para toda a população do Paraná e como trabalha cada Deputado, o corpo técnico e as comissões permanentes da Casa. É uma contribuição muito importante à sociedade. A preservação da Instituição Legislativa do Estado do Paraná prevalece neste momento.

V. Exa. se colocou à disposição dos 54 Deputados, da presidência da Casa, da administração da Casa, com total apoio de todos nós. Parabéns a V. Exa. e também à toda a sua equipe, que incansavelmente nos receberam, sempre com sorriso.

Muito obrigada.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Agradeço, Deputada Cida, e quero, para finalizar, só pedir desculpas a V. Exa., aos Deputados, que durante três semanas tive de manter o celular desligado. Tenho que pedir desculpas publicamente, não somente a V. Exa., mas também aos meus correligionários, meus amigos do interior que tiveram extrema dificuldade em conversar conosco durante três semanas. Pedir desculpas, Deputada Cida, a V. Exa. e a todos os Deputados, alguns ficaram no meu gabinete por três, quatro horas, às vezes esperando para fazer o enquadramento do seu gabinete. E a paciência que vocês tiveram. Agradecer também porque foram, na verdade, três semanas sem almoço, sem janta, e algumas vezes saindo daqui às 2h da manhã. É apenas uma etapa, é o alicerce. Não podemos descuidar de forma alguma, não podemos pensar que achamos a saída da crise, porque não é isso. A crise existe e está aí, mas temos um alicerce muito sólido para reconstruir uma nova Assembleia Legislativa.

Nós mesmos temos que nos vigiar, não podemos descuidar. Não é porque agora temos um número bastante favorável de enxugamento da Assembleia Legislativa,

que daqui a 30, 60 dias vamos efetivamente pensar que as questões já estão solucionadas, e começar a prover esses cargos. Porque a sociedade não suportará isso, em hipótese alguma. O que for contingenciado será contingenciado e será reservado para concurso público. O reenquadramento que fizemos é apenas um alicerce para a nova Assembleia Legislativa. Agora é a reestruturação da Casa que passaremos por momento difícil, de ano eleitoral, de campanha eleitoral, mas temos que fazer esse reenquadramento com todos os esforços necessários da administração da Casa e, no ano que vem, fora do período eleitoral, realizarmos concurso público dando uma resposta objetiva à sociedade.

Então, Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, agradeço a atenção que todos vocês tiveram nesse balanço, e dizer que a reconstrução da Assembleia Legislativa está lançada, agora dependerá de todos nós para que possamos efetivamente construir uma nova Assembleia.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns, Deputado, e em nome da Mesa Executiva quero dizer que realmente falta muito pouco. Dizíamos o tempo inteiro que não retrocederíamos um milímetro sequer. Estamos quase chegando lá, por isso meus parabéns. Quero aproveitar o momento que estamos cumprimentando e agradecendo, para fazer um agradecimento muito especial ao Deputado Scanavaca, e ele sabe o porquê.

Com a palavra o Deputado Douglas Fabrício, no horário do Bloco PPS/PMN.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, cumprimentar também as pessoas que nos prestigiam pessoalmente aqui nesta Sessão hoje à tarde, um cumprimento especial às pessoas que acompanham pela TV SINAL em suas casas e assistem esta Sessão ao vivo aqui na Assembleia Legislativa.

Ouvi atentamente o Deputado Durval, os demais Deputados que se pronunciaram nos seus apartes, falando aqui de um item, que foi feito o cadastramento dos funcionários, que deu um trabalho danado.

Sou um Deputado de primeiro mandato e aqui são poucos os de primeiro mandato. A grande maioria tem uma experiência maior, dois, três, quatro, cinco mandatos, têm até mais, pessoas com mais experiência, mais mandatos, e estou percebendo uma coisa que me chamou a atenção, principalmente neste ano aqui.

O primeiro ano foi o ano que chegamos aqui na Assembleia Legislativa, o primeiro ano do meu mandato, aí você chega aqui, vai conhecendo primeiro cada Deputado,

conversa, vai fazendo amizades e, conforme vai trabalhando nas comissões, ali, em algum momento tendo indisposição, em outro momento tendo até uma situação mais favorável porque é voto, então você quer que um projeto seu seja aprovado, de repente alguém vota contra o seu projeto, até porque é o voto dele, ele que decide se vota a favor ou contra.

No segundo ano, já com experiência de um ano, claro que o nosso trabalho vai melhorando, vai aumentando, até agora já apresentei mais de 40 projetos, embora não tenha meta de números, porque a minha preocupação não é com a quantidade e sim com a qualidade dos projetos que possa apresentar aqui e que sejam bons para a população do Paraná.

Aí, depois disso veio o ano - no caso do segundo ano já era ano de eleição municipal, Prefeitos, Vereadores, a população participa ativamente, mexe com a comunidade, porque é aquela eleição dentro da Cidade, todo mundo está envolvido, quer escolher o Vereador, a Vereadora, o Prefeito, o Vice-Prefeito, enfim, mexe realmente com cada Município - aí veio o terceiro ano, ano de discussão de projetos, porque é naquele momento que apresentam os projetos, o Governo apresenta os projetos com um perfil mais impopular, ou seja, aqueles projetos de aumento de imposto, aqueles projetos que a população se manifesta contrária, aí dá para perceber a postura de cada Deputado, aqueles que defendem o Governo, aqueles que têm, independente de Governo, defendem a sua posição, e aqueles que realmente votam conforme a população quer.

Passado o terceiro ano começa o ano da reeleição ou da eleição nacional, vamos chamar assim, que é aquela eleição que vai eleger o Presidente da República, Senador, Governador, Deputado Federal e Estadual - e eu percebi aqui na Assembleia um comportamento diferente, Deputado Nelson Justus, porque tem Deputado aqui que é concorrente lá no interior, ou em qualquer Município, chega lá, é concorrente e às vezes alguns confundem o trabalho daqui com a eleição lá, e isso eu não acho ético, não acho correto, nem do comportamento daqui nem do comportamento de parte da sociedade que, quando começaram a aparecer esses problemas aqui na Assembleia Legislativa, e veio pela imprensa, tivemos clara a nossa posição desde o início, e percebo que afetou a Assembleia de uma maneira geral, só que isso, e já disse aqui, não é um problema que vem só de hoje, é uma coisa que vem já de muito tempo atrás e eu vi, Deputado, que depois de estar aqui há muito tempo, hoje o discurso é de um jeito, antes discursava de outro.

Vejo o movimento na sociedade, e são legítimos os movimentos, sejam eles quais forem, a sociedade se manifestando, só que quando chega época de eleição tem muitas entidades que falam assim: "Eu sou apartidária". "Ah, é apartidária?" "É, sou apartidária, não participo nem para lá e nem para cá". E os apartidários, às vezes, é que deixam chegar lá no Parlamento, desde a Câmara de Vereadores até o Congresso Nacional, alguns tipos de

políticos que não deveriam estar, porque elas não se movimentam para o lado daquilo que possam achar o bem. E eu já vi entidade participar, diz que é apartidária, daí se candidata um determinado tipo de político com uma postura errada, nociva à sociedade, mas a entidade apartidária deixa que esse político faça a campanha, e com aquele tipo de campanha, às vezes, pode até se eleger. Tem gente que se elege Vereador, Prefeito, Deputado, com um comportamento totalmente contrário àquilo que é a vontade da população. Por quê? Porque muitas das entidades que deveriam participar ativamente na época das eleições não participam, se dizem apartidárias, apolíticas! Tem algumas lideranças que encontramos e que estufam o peito para dizer que não se envolvem com política, achando que estão falando alguma coisa de bom e na verdade não estão! É da política que as coisas acontecem, para o bem ou para o mal da população.

Uma coisa, Sr. Presidente, que acho que dá para promover aqui na Assembleia Legislativa: incentivar que mais alunos, jovens, venham aqui para o plenário para assistir a Sessão, para saber realmente como se comportam, como é o trabalho da Assembleia Legislativa.

Estou vendo aqui a Folha de Londrina, ela faz um acompanhamento da presença dos Deputados, quantos estão presentes na Sessão. O jornal faz como se fosse uma chamada da escola, está aqui: *Confira a participação dos Deputados Estaduais nas Sessões Plenárias de abril*. Tudo bem, mas é bom ressaltar para o jornal e para a população de uma maneira geral: eu tive praticamente 99% de presença neste Plenário, mas não é só isso que deve contar, deve contar qual é o comprometimento do político com a população na hora do seu voto, porque o que vale aqui é o bom voto a favor do povo. É para isso que chegamos aqui! Aliás, é bom lembrar que ninguém, senta numa cadeira dessas para uma Sessão Plenária se não receber o voto da população! “É pelo voto popular que estamos aqui! A pessoa é livre, chega no dia da eleição e escolhe qual é o candidato que ela quer que vença e que venha para cá. Por isso a democracia, a importância disso!

As más notícias ganham um destaque muito grande na imprensa, de uma maneira geral, e para as boas notícias o destaque é menor. “Ah, só tem político vagabundo!” Desculpem o termo. “Só tem político ladrão!” Desculpem o termo. “Só tem político desonesto.” Desculpem o termo. Não é verdade! Tem político sério, desde as Câmaras de Vereadores até o Congresso Nacional, tem muita gente séria participando da política! Agora, da mesma forma posso dizer que também tem gente desonesta, gente mal intencionada em todas as instâncias da sociedade, nos partidos políticos. Tem gente desonesta? Tem, mas tem muita gente honesta nas entidades empresariais, nas de classes, seja associação comercial, seja federação de empresas, tem muita gente honesta, mas também tem gente que não é honesta, e cabe à sociedade escolher bem quem envolver na política.

Então, este ano é o ano da eleição. O que eu gostaria de ver seria bons movimentos, de uma maneira geral, da sociedade se preocupando na hora da campanha com os políticos que vão lá, compram o voto do povo, enganam o povo através de uma cesta básica ou qualquer promessa que façam, enganam a população. Porque aquele que vai lá e compra o voto, ao vir para cá não tem compromisso nenhum com a sociedade, tem compromisso apenas que ele gastou para comprar o voto.

Por isso, essas entidades que estão fazendo o movimento devem também se preocupar muito com isso, em político não comprar voto e o povo também não vender o voto. Porque quem compra é porque alguém vende. Se alguém vende é porque alguém compra e isso não está correto.

Já estamos trabalhando e falando cada vez mais de transferência, mas seriedade, a sociedade também tem a sua responsabilidade, e é muito grande no sentido da eleição deste ano.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Pela ordem o Deputado Reni Pereira e o Deputado Elio Rusch na sequência, com a palavra.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Questão de Ordem)

Acabo de receber aqui da assessoria da Liderança do Governo, juntamente com o Deputado Marcelo Rangel, uma cópia da publicação que será feita, ou já foi feita, da Lei nº 16503. Essa lei proíbe, no Estado do Paraná, emissão de comprovante de operações feitas em papéis termossensíveis. É uma garantia para os paranaenses. Amanhã, tanto eu como o Deputado Marcelo Rangel, que foi coautor desse projeto, nos pronunciaremos nos explicando. Mas, é uma novidade para o Paraná, que com certeza é muito boa, porque as pessoas são obrigadas a guardar cinco anos o comprovante e em um mês já desaparece tudo. A partir de agora, tanto as empresas comerciais quanto as instituições bancárias do Paraná serão proibidas de usar esses papéis e terão que dar comprovantes que aguentem, no mínimo, cinco anos.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Acabo de receber também de V. Exa. um comunicado em que transfere a Audiência Pública que estava previamente marcada para amanhã, para o dia 2 de junho.

Solicitaria a V. Exa. que fizesse chegar aos nossos gabinetes os CDS e os documentos para que pudéssemos estudar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Essa é a razão da transferência, Deputado. Como não vieram os disquetes solicitei que só fizéssemos a Audiência após a chegada. Já tinha até comunicado isso, mas é oportuna a colocação de V. Exa.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Talvez não esteja pronta ainda a documentação do primeiro quadrimestre, mas tenho certeza que do terceiro quadrimestre do ano passado deve estar na Secretaria da Fazenda. Podiam enviar para nós, para que pudéssemos já fazer uma avaliação desse último quadrimestre.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Amanhã V. Exa. terá isso nas mãos. Por isso que transferimos, em conjunto com a Secretaria da Fazenda, a data da Audiência Pública.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 046/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 11863, de 23/10/97, que dispõe sobre a Política Estadual dos Direitos do Idoso. Vida, ainda, criar atividade orçamentária denominada “Gerenciamento da Política Estadual do Idoso”, e adota outras providências. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 139/10, subscrito pelo Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, comunicando sua ausência no período entre 24/05/10 a 07/06/10, conforme recomendação médica e atestado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1672, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 25 de maio do corrente ano, em virtude de agenda em Brasília-DF, onde participará da entrega do prêmio da Ordem do Mérito Industrial, oferecido pela CNI - Confederação Nacional da Indústria, ao empresário Mário Valério Gazin. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 619/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 106/09, que objetiva regulamentar os processos disciplinares da Polícia Militar do Estado do Paraná, conforme especifica. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e CSP. EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,
OFERECIDA AO PROJETO DE LEI Nº 619/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de Lei nº 619/09, de autoria do Poder Executivo foi proposto com o intuito de aperfeiçoar o processo disciplinar da Polícia Militar - dando ênfase aos princípios da hierarquia e disciplina, assegurando o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. O proponente sustenta ainda que a legislação em vigor está em descompasso com a modernidade do ordenamento administrativo disciplinar, sendo tornando mister a implementação de novas medidas.

Fundamentação

À Comissão de Constituição e Justiça, em consonância às disposições regimentais, cabe verificar a constitucionalidade e legalidade da emenda substitutiva ora apresentada, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa utilizada.¹

Destarte o disposto na Constituição Federal, em seu artigo 144, *in verbis*:

Art. 144. A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)

A Segurança Pública é desempenhada pela Polícia Militar, Polícia Civil e Polícia Científica. Ressalta-se que a característica inerente à Polícia Militar, ora abrangida nesta Emenda, é a de ser uma instituição permanente e regular, baseado na hierarquia e disciplina militares. Seu escopo é de desempenhar policiamento ostensivo, e é subordinada ao Chefe do Poder Executivo Estadual, conforme artigo 49 da Constituição do Estado do Paraná.

1. Art. 33 do Regimento Interno. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica: § 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete: manifestar-se sobre todas as proposições quanto ao seu aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa (...)

É, portanto, prerrogativa privativa do Chefe do Poder Executivo legislar no que se refere à organização da Polícia Militar, de acordo com o disposto no artigo 66 da Constituição do Estado do Paraná. É verificada então a legitimidade legislativa do autor não só na propositura do projeto, como em regulamentar o processo administrativo disciplinar aplicado à Polícia Militar do Estado.

Tem-se visível a legitimidade dos nobres Deputados em intentarem a emenda, tendo em vista o disposto na Constituição Estadual, bem assim nas normas regimentais. Todavia, em que pese a flagrante, outros aspectos, indubitavelmente, devem ser levados em consideração para se vislumbrar a adequação e respeito das emendas aos moldes constitucionais e legais.

Em atenta análise à emenda substitutiva, verifica-se que seu conteúdo apresenta estrita correlação com o disciplinado pelo Projeto de Lei nº 619/09.

Ademais, todas as modificações propostas na presente emenda substitutiva geral, contemplam os princípios constitucionais ora propostos, quais sejam: o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. De forma tal, a constituir-se em meio eficiente e justo para a preservação dos valores institucionais e à preservação da conduta ético-moral da corporação.

Verifica-se ainda, que a emenda modificativa em questão adequa-se às disposições presentes na Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Assim, tendo em vista a constitucionalidade e legalidade da emenda substitutiva em exame, opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18/05/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

Apoiamento:

Tadeu Veneri, Duílio Genari, Luiz Claudio Romaneli, Artagão Junior, Nereu Moura e Douglas Fabrício.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

Em votação a emenda de Plenário. **Aprovada.**

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 733/09, de autoria do Deputado Tribunal de Justiça - Ofício nº 1872/09. Transforma cargos do Quadro de Servidores do Poder Judiciário, vinculados à Secretaria do Tribunal de Justiça, bem como cria gratificações para atender o Centro de Apoio ao Fundo da Justiça do Poder Judiciário do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 157/09, de 15/12/09, em Ofícios)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 111/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/10, que autoriza a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, a prestar apoio técnico, administrativo e financeiro, para a consecução das finalidades do Conselho Estadual de Assistência Social, do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, do Conselho Estadual dos Direitos do Idoso e do Conselho Estadual do Trabalho, vinculados na estrutura da referida pasta. **Aprovada. (Publ. no DA nº 019/10, de 15/03/10, em Mensagens).**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 118/10, de autoria do Deputado do Poder Executivo nº 023/10, fica estabelecido que o montante total a ser distribuído do lucro ou resultados das empresas estatais, deverá ser, igualmente, dividido para que cada empregado receba a mesma quantia. **Aprovada. (Publ. no DA nº 022/10, de 17/03/10, em Mensagens).**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 015/10, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas das despesas dos senhores Deputados, mês de abril de 2010. Resoluções nºs 003/04 e 003/09. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 108/10, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores da Capela Santa Luzia e Estrada de Vila Rica, com sede e foro no Município de Icaraima. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 019/10, de 15/03/10 em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 108/10

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores da Capela Santa Luzia e Estrada Vila Rica, com sede e foro no Município Icaraima, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise. Na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 18/05/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/10, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Quarto Centenário e foro no Município de Goioerê - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 046/10, de 10/05/10, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 211/10

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Reni Pereira, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Quarto Centenário com sede e foro no Município de Goioerê - PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Sessões, em 18/05/10.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Só quero registrar, como recebi agora, no Plenário da Assembleia Legislativa, acabo de receber, inclusive com direito a foto, como determina a devida entrega do documento, quero dizer de público que recebi neste momento um manifesto assinado por inúmeras instituições

de Ponta Grossa, Associação Comercial, CDL, CPG, várias entidades que repudiam o aumento dos salários de 36.5% a 60.1% concedidos aos funcionários de cada Deputado. Este manifesto chegou até mim, e como eles vieram aqui no Plenário entregar, faço questão de publicamente dizer que recebi o documento de várias entidades de Ponta Grossa, que são contrários a este aumento. E o manifesto estarei, depois, protocolando na Mesa, também, porque é a manifestação das entidades de Ponta Grossa.

Era isso, Sr. Presidente.

Requerimentos**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1659, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1662 a 1667 e 1673, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1668 e 1669, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1670, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1674, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1675, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1676, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, com apoio dos Deputados Artagão Júnior, Elio Rusch, Jonas Guimarães, Chico Noroeste e Wilson Quinteiro, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 015/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 619/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 108 e 211/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 836/07, 364/09, 210 e 214/10.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:**Comissão Executiva****Atos****ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 0474/10**

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 2864, datado de 24/03/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a MARIA DA CONCEIÇÃO MARCHIORATO, matrícula 40528, funcionária estável do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Técnica em Contabilidade, nível NTC-03, com lotação no Departamento de Pessoal desta Casa, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de 03 (três) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/97 e 21/12/02. O período deverá ser marcado pela interessada junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior e seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único da supracitada Lei nº 6174/70.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08/04/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral**Portarias****PORTARIA Nº 0439/10**

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5146, datado de 06/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, ISABEL STEIN MIGUEL, matrícula nº 40503, de 60 (sessenta) dias, a partir de

03/05/10, com término em 01/07/10, CID 10 F 43.0, F 43.8, F 40.2 E G 47.

Gabinete da Diretoria Geral, em 18/05/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

PORTARIA Nº 0440/10

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6481, datado de 12/05/10, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder licença para tratamento de saúde ao servidor deste Poder Legislativo, IVETE DE JESUS ARRUDA, matrícula nº 4788, de 15 (quinze) dias, a partir de 13/05/10, com término em 27/05/10, CID 10 S 42.0.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19/05/10.

(a) ERON ABBoud - Diretor Geral

Publicações Administrativas:**Balancetes Financeiros****Março****OFÍCIO Nº 008/10**

Curitiba, 14/05/10.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de MARÇO/10, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa.

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILMO. SENHOR

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI

Mui Digno Diretor da DAT

Nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Março	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:31/03/2010
MÊS: Março	Exercício: 2010	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	24.300.000,00	72.800.000,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	24.300.000,00	72.800.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	24.300.000,00	73.100.000,00
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	225.502,75	575.740,10
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	225.502,75	575.740,10
Cancelamento de Dívidas Passivas	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	225.502,75	575.740,10
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	28.421.307,98	22.211.464,92
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	28.421.307,98	22.211.464,92
TOTAL	52.946.810,73	95.887.205,02

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Março	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 02
UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data: 31/03/2010
MÊS: Março	Exercício: 2010	

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	23.398.867,01	61.514.918,32
Pessoal e Encargos Sociais	19.901.356,85	53.406.304,71
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.497.510,16	8.108.613,61
DESPESAS DE CAPITAL	127.570,00	134.050,00
Investimentos	127.570,00	134.050,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	23.526.437,01	61.648.968,32
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	236.539,38	5.054.402,36
Pagamentos	236.539,38	5.054.402,36
Cancelamentos	0,00	0,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	0,00
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	236.539,38	5.054.402,36
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	29.183.834,34	29.183.834,34
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	29.183.834,34	29.183.834,34
TOTAL	52.946.810,73	95.887.205,02

(aa) ERON ABBoud - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade

Abril

OFÍCIO Nº 009/10

Curitiba, 14/05/10.

Senhor Diretor.

Pelo presente venho respeitosamente à presença de V. Sa. apresentar o Balancete Financeiro deste Poder referente ao mês de ABRIL/10, conforme relatório anexo pedindo para que seja feita a publicação do mesmo no Diário desta Casa

Certo de sua atenção reitero a V. Sa. protestos de estima e consideração.

(a) JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA
Coordenadoria de Contabilidade

ILMO. SENHOR
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI
Mui Digno Diretor da DAT
Nesta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
NESTE EDIFÍCIO

BALANCETE FINANCEIRO	MÊS: Abril	REF: GAR260A
ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		PAG.: 01
UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ		Data:30/04/2010
MÊS: Abril	Exercício: 2010	

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES	24.100.000,00	96.900.000,00
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Transferência Correntes	24.100.000,00	96.900.000,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	300.000,00
Operações de Créditos	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	300.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DA RECEITA	24.100.000,00	97.200.000,00
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	286.910,35	862.650,45
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00

RECEITA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Depósitos de Diversas Origens	208.610,35	784.350,45
Cancelamento de Dívidas Passivas	78.300,00	78.300,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	286.910,35	862.650,45
SALDO DO MÊS ANTERIOR		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	29.183.834,34	22.211.464,92
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL DE SALDOS DO MÊS ANTERIOR	29.183.834,34	22.211.464,92
TOTAL	53.570.744,69	120.274.115,37

BALANCETE FINANCEIRO ÓRGÃO.....: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ UNIDADE: 001 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ MÊS: Abril MÊS: Abril	MÊS: Abril Exercício: 2010	REF: GAR260A PAG.: 02 Data: 30/04/2010
---	-------------------------------	--

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
I - ORÇAMENTÁRIA		
DESPESAS CORRENTES	20.274.183,51	81.789.101,83
Pessoal e Encargos Sociais	17.137.715,39	70.544.020,10
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.136.468,12	11.245.081,73
DESPESAS DE CAPITAL	96.203,90	230.253,90
Investimentos	96.203,90	230.253,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
TOTAL DE DESPESAS	20.370.387,41	82.019.355,73
II - EXTRAORÇAMENTÁRIO		
RESTOS A PAGAR	107.052,62	5.161.454,98
Pagamentos	28.752,62	5.083.154,98
Cancelamentos	78.300,00	78.300,00
ATIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Realizável	0,00	0,00
Pendente	0,00	0,00

DESPESA	NO MÊS	ATÉ O MÊS
Interligação de Sistemas	0,00	0,00
PASSIVO FINANCEIRO	0,00	0,00
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00
Depósitos de Diversas Origens	0,00	0,00
Cancelamento de Outros Créditos	0,00	0,00
TOTAL DO EXTRAORÇAMENTÁRIO	107.052,62	5.161.454,98
SALDO PARA O MÊS SEGUINTE		
Caixa	0,00	0,00
Bancos	33.093.304,66	33.093.304,66
Vinculado	0,00	0,00
TOTAL SALDOS PARA O MÊS SEGUINTE	33.093.304,66	33.093.304,66
TOTAL	53.570.744,69	120.274.115,37

(aa) ERON ABOUD - Diretor Geral
GABRIEL LUIZ FRANCESCHI - Diretor da Diretoria de Apoio Técnico
JEMIMA DE OLIVEIRA E SILVA - Coordenadora de Contabilidade